



ATA NÚMERO DOIS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E
DEZASSEIS _____

---Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Informação relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta 49/2015/CM; _____

2. Informação relativa à declaração de compromissos plurianuais e declaração de pagamentos e recebimentos em atraso; _____

3. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas 2015 – EMPET – Parques Empresarias de Tavira, E.M.; _____

4. Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento 2016 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.; _____

5. Apreciação do Relatório de Gestão e Contas 2015 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.; _____

6. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; _____

7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 45/2016/CM, referente ao Concurso público para concessão do direito de ocupação e exploração de lojas no Mercado Municipal de Tavira – Alteração às condições gerais; _____

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 59/2016/CM, referente à 3-Emp/16 – Repavimentação da EM 513-1 e CM 1217, freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo – Aprovação de abertura de procedimento e compromissos plurianuais; _____

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 72/2016/CM, referente à Operação de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira – Monitorização da execução; _____

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 73/2016/CM, referente ao Regulamento municipal de ocupação do espaço público e publicidade de Tavira – Versão final; _____

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 74/2016/CM, referente ao Regulamento de trânsito e estacionamento no concelho de Tavira – Versão final. _____

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Otilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros Anabela Lourenço Fernandes, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Cristela da Cruz Pereira Martins, Dinis Manuel da Palma Fásca, Hugo Daniel Santos Gomes, Joaquim José Brandão Pires, João Afonso Cunha Rego de Carvalho, João Eduardo da Silva Trindade, João Manuel Fonseca Martins, José Alberto Godinho Correia, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otilio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Nunes Ferreira da Silva, Maria Helena Correia Bartolomeu Silva, Maria João Teixeira Dias Anjos, Maria Otilia Martins Carneira, Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso, Muriel Cristina Dias, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Ricardina Pereira Alcaide Jesus e Sílvia Alexandra Sanches Soares. _____

----O Segundo Secretário, Jean Pierre Patrick Rancher solicitou a substituição tendo sido substituído por Ana Graciete Mendes Coelho, substituída por Maria Helena Correia Bartolomeu Silva. _____

----Os membros Maria José Dias Palma Simão Mestre e Sílvia Edgar Assis Fernandes solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Maria João Teixeira Dias Anjos e João Manuel Fonseca Martins, respetivamente. _____

----O Membro Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes solicitou a substituição tendo sido substituído por Jorge Henrique Viegas Corvo, substituído por Hugo Daniel Santos Gomes. _____

----O Presidente da Assembleia lembrou o público presente de que o secretariado possuía umas fichas de inscrição, que iria fazer passar, para preenchimento por parte de quem pretendesse usar da palavra.

----Colocou à apreciação e votação a ata número um referente à sessão realizada no dia vinte e nove de fevereiro anterior que tinha sido previamente distribuída aos membros. Verificando que nenhum dos presentes pretendia efetuar qualquer alteração colocou a mesma a votação que foi aprovado por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava e cuja listagem se encontra apenas à presente ata como documento número um. _____

----Referiu que tinham sido entregues, atempadamente, uma moção, um voto de congratulação e um voto de pesar, pelo que iniciariam pela moção que tinha sido apresentada pela bancada do PSD – Partido Social Democrata. _____

----A Membro Muriel Dias referindo que dispensava a leitura da moção disse que pretendia apenas referir que não se tratava de uma moção sobre a regionalização mas antes para que fosse aberta uma discussão sobre o tema. _____

----O Membro Artur Sanina referiu que se constituía como preocupação de um Deputado proceder à leitura de toda a documentação que tinha sido distribuída, tendo sido com alguma surpresa e estranheza que tinha verificado a apresentação daquela moção. _____

----Tinha lido e relido a mesma e confirmado sobre quem a tinha apresentado visto o assunto abordado ser a regionalização para um Estado mais próximo dos cidadãos. Assim, gostava que a bancada do PSD lhe explicasse quanto aos motivos que os tinham levado a apresentar aquela moção porque analisando o que tinha ocorrido no País nos últimos quatro anos e pelo levantamento que tinha efetuado não percebia como pretendiam aproximar as comunidades ao Estado uma vez que tinham extinguido quarenta e sete tribunais em sede de concelhos, tendo as duzentas e trinta e uma comarcas sido reduzidas para vinte o que originava haver pessoas a terem que percorrer cento e cinquenta quilómetros para terem direito à justiça. Tinham ainda sido extintos seis mil e quinhentos serviços públicos, maioritariamente escolas, duzentas e quarenta e nove extensões de saúde, nove blocos de parto e cento e quatro outros serviços, vinte e cinco centros de Segurança Social, vinte postos da GNR – Guarda Nacional Republicana e delegações do Ministério da Agricultura. _____

----Citando como exemplo o Alentejo, por ser uma zona de forte isolamento, este também tinha perdido a rede ferroviária, tendo no Algarve sido extinto o apeadeiro de Santana da Serra que tinha isolado mil e quinhentos habitantes. _____

----Aquela tinha sido a política seguida nos últimos quatro anos em Portugal que para além da austeridade que tinha sido imposta sempre justificada por uma exigência da Europa, pelo que não compreendia a apresentação daquela moção num cenário em que tinham sido os responsáveis por isolarem povoações, colocarem em causa os serviços de saúde e um conjunto de estruturas como tribunais, escolas entre outros. _____

----Para concluir, referiu que certamente que teriam alguma justificação que gostava que lhe explicassem. _____

----O Membro Luís Silva referiu que o artigo 236º da Constituição da República Portuguesa estabelecia para o Continente, divisões administrativas como freguesias, municípios e regiões administrativas, pelo que considerava que aquela moção apresentada pelo PSD vinha a propósito, todavia ao verificarem que durante vários governos em que tinham estado presentes tal como o CDS-PP – Partido Popular, sempre tinham centralizado o poder nunca se interessando pela descentralização administrativa e embora soubesse que Algarve era a região eleita para a primeira experiência de regionalização, que não podiam votar contra, contudo ir-se-iam abster por a considerarem extemporânea e despropositada a sua apresentação por parte do PSD numa altura em que se encontrava na oposição. _____

----O Membro João Carvalho referiu que considerava que o problema da centralização tinha sido criado pelos políticos e, contrariamente ao que o Membro Luís Silva tinha dito, o CDS-PP quando tinha pertencido no Governo tinha procedido à descentralização da Agricultura, da Segurança Social e até conseguido submarinos para os Açores e para a Madeira portanto não tinham sido apologistas da

centralidade e, como tal, ele tinha a sua ideia sobre a política porque os políticos não tinham que inventar uma regra para corrigir aquilo que eles próprios tinham criado, pelo que, podiam haver políticas de descentralização sem existir um País de quinhentos quilómetros de comprimento todo dividido, o que quase lhe parecia um “*dividir para reinar*” ou arranjar mais uns cargos de poder. _____

----Não visualizava qualquer vantagem na regionalização até porque no seu entendimento a portugalidade significava que, por exemplo, sentia muito maior empatia por Mértola do que por Aljezur, sendo, para ele, o Algarve basicamente a zona de sotavento apesar de no barlavento também se dizer “*moço*” mas não entendia porque tinha que existir aquela conceção até porque antes de ser algarvio era português, com muito gosto, não entendendo a falta da regionalização como um erro que tivesse que ser corrigido sendo aquela a razão por que iria votar contra a moção que contudo, considerava como uma boa intenção. _____

----Pensava que existiam políticos que se tinham servido do poder local para fazer de trampolim para Lisboa, sendo que no Algarve tinham existido alguns como Fialho Anastácio entre outros, embora aquele processo tivesse sido invertido com Macário Correia que se tinha deslocado de Lisboa para o Algarve. As Câmaras Municipais do Algarve tinham servido para que determinados algarvios se tivessem promovido e possibilitado a sua ida para Lisboa sem se importarem com o Algarve. Considerava que aquela era a verdade e a razão por que se verificava um *deficit* da representação do Algarve cuja responsabilidade era dos deputados eleitos que ao chegarem a Lisboa deixavam de se importar com o Algarve. _____

----A Membro Muriel Dias referiu que considerava que alguns dos seus colegas de Assembleia tinham uma memória algo seletiva uma vez que era do conhecimento geral que, independentemente do Governo ter sido do PSD, o Deputado Mendes Bota tinha sempre levado à Assembleia da República o assunto da regionalização e considerava que eles, como Algarvios, também deveriam lutar para que o Algarve tivesse efetivamente mais poder em vez de estarem ali com “*politiquices nacionais*”. _____

----O Membro José Graça disse que francamente esperava que o PSD apresentasse a moção que tinha prometido na última Assembleia Municipal mas tinham-se esquecido, pelo que, o PS – Partido Socialista iria efetuar ali uma saudação não escrita ao Presidente da República eleito, já empossado no dia nove de março, e cuja atuação nos últimos meses, os vinha francamente a surpreender pela positiva. _____

----Acrescentou que pretendendo avivar a memória do Membro João Carvalho, e porque tinha citado alguns nomes o que eles não gostavam de fazer, devia de recordar que antes de ser membro do Governo ou Deputado da Assembleia da República, Macário Correia tinha sido membro daquela Assembleia Municipal onde raramente tinha comparecido, estando, certamente mais interessado em outros lugares como o Membro João Carvalho tinha referido. _____

----Regressando ao assunto em debate tinha que referir à bancada do PSD, relativamente à matéria da descentralização e regionalização, que eram bem-vindos ao “*Clube*”. Os algarvios durante anos, com maior ou menor projeção política e mediática a nível nacional, sempre tinham defendido a

regionalização e as medidas de descentralização administrativa que tinham vindo a ser desenvolvidas pelos vários governos. Infelizmente não tinham conseguido ter um grande efeito na sua defesa a nível nacional sendo que em mil, novecentos e noventa e oito, mesmo no Algarve a proposta de referendo para a regionalização não tinha obtido a maioria dos votos. Contudo, pretendiam formular algumas perguntas que deixariam lavradas em declaração de voto cujo documento se encontra anexo como número três. _____

---Porque a Membro Muriel Dias tinha mencionado Mendes Bota, devia referir que ele tinha sido um dos que tinham sido derrotados naquele processo por ter confiado em alguém que tinha sido Primeiro-ministro do País durante mais de quatro anos e que no dia quinze de setembro do ano de dois mil e dez tinha defendido, perante quem tinha querido ouvir, a remoção do travão constitucional para permitir a criação da região do Algarve, da região piloto do Algarve, e Pedro Passos Coelho tinha tomado posse e *“metido na gaveta”* aquela promessa que havia feito aos algarvios e restantes portugueses. Era fácil encontrar a notícia e, porque o PSD não mencionava na moção a discussão, mas antes a inclusão daquela proposta no plano nacional de reformas, referia que já tinha recordado em outro fórum que a matéria da descentralização já constava do plano nacional de reformas. Assim, concordando com a generalidade dos considerandos apresentados e que fundamentavam aquela proposta, não podiam, contudo, aceitar que os órgãos autárquicos, quer locais, quer intermunicipais, fossem aproveitados para alcançar fins meramente políticos. Sempre tinham defendido que o Estado deveria assegurar o cumprimento do princípio da subsidiariedade, assegurar o aprofundamento da democracia local e implementar o processo de descentralização como pilar da reforma do Estado assente na regionalização administrativa. _____

---Desconhecia se o Membro João Carvalho estava recordado do processo da reforma do Estado e de quem o tinha conduzido, possivelmente não estaria porque, de facto, não tinha acontecido não tendo resultado em coisa alguma. Presentemente e de acordo com o constante no Plano Nacional de Reformas as CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional veriam a sua vertente de liderança legitimada e democratizada, primeiramente numa fase indireta e posteriormente através de eleição direta como já acontecia ou iria acontecer com a eleição das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. _____

---Acreditavam que com o atual Governo seria reforçada a cooperação intermunicipal através das comunidades intermunicipais, a legitimidade democrática das áreas metropolitanas e de forma coerente também seria reforçado o papel dos municípios e das freguesias na gestão de serviços públicos de proximidade. Recordava o que o Membro Artur Sanina tinha referido quanto ao enorme e sem história, encerramento dos serviços públicos em Portugal, devendo ser preparado o novo quadro financeiro e de competências de forma a concretizar já no próximo mandato autárquico, um novo modelo territorial que cumprisse aquele princípio de subsidiariedade que, segundo o Governo, ainda antes das próximas eleições autárquicas, os municípios teriam novas competências resultantes da descentralização de

várias áreas de política pública como a educação, saúde, ação social, transportes, cultura, proteção civil e áreas portuárias. _____

---- Estavam contudo conscientes da necessidade de aprofundarem aquele processo de reforma do Estado pelo que não abandonavam a defesa das regiões administrativas como autarquias locais de âmbito regional. Aquela sempre tinha sido a meta que pretendiam ver alcançada. _____

----Terminou deixando um convite às bancadas dos partidos de esquerda que apoiavam o atual Governo na Assembleia da República que votassem favoravelmente aquela moção de modo a que a regionalização tivesse mais força, convidando também o Membro João Carvalho a votar pelo Algarve, a votar pelas regiões e a aprovarem a moção. _____

----O Membro Hugo Gomes referiu que tinha ouvido muita coisa mas que não tinha chegado a perceber sobre o que estavam a discutir. Estavam a discutir a moção apresentada pelo PSD sobre a regionalização ou a discutir um País que tinha estado em crise tendo realmente sido necessário mexer em alguns serviços, o que não tinha sido fácil e concordava que nem sempre justo, mas não podiam esquecer que estavam num País em crise e que alguém tinha tido que ter a coragem para tomar algumas medidas. Pensava que estavam ali a confundir conceitos, falando-se de Tribunais quando o que estava em discussão era algo completamente diferente, pelo que não tinha compreendido muito bem. Tinha-se também falado em *"meter na gaveta"*, sendo que as *"gavetas"* já eram questões muito antigas, há muito que a política nacional, a começar pelo socialismo que aparentemente tinha sido *"posto na gaveta"*, mas que pensava já ter voltado. _____

----Considerava que como a Membro Muriel Dias tinha referido existia ali alguma memória seletiva pois existia uma personalidade no Algarve, um Deputado, que muito tinha batalhado pela regionalização, Mendes Bota, mas que, no entanto, parecia que estavam ali todos em desacordo quando, a ele, parecia-lhe que estavam todos de acordo pelo que não entendia a razão de tanta polémica, tanta celeuma à volta de uma questão que lhe parecia pacífica e, pelo que via, quase sem oposição. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções colocou a moção *"Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos"* apresentada pelo PSD a votação, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção. _____

----Passou ao voto de congratulação apresentado pela bancada do PS e que se encontra anexo à presente ata como o documento número quatro _____

----O Membro José Graça referiu que pensava que todos os elogios que pudessem fazer à figura de uma anterior Presidente da Câmara seriam sempre insuficientes, nomeadamente quando a pessoa em causa tinha reunido sempre os afetos dos tavienses tendo tido uma vida e carreira pública dedicada à cidade muitas vezes com elevados prejuízos da sua vida pessoal. Assim, falar de Jorge Augusto Correia era também falar de um cidadão que tinha sido homenageado pela cidade, pelos seus pares e, recentemente pelo Ministério da Saúde por proposta da ARS – Administração Regional de Saúde do Algarve. _____

---Assim propunham que aquela Assembleia Municipal votasse por unanimidade o voto de congratulação que ali apresentavam relativo à distinção efetuada pelo Ministro da Saúde a Jorge Augusto Correia como reconhecimento da sua excecional carreira cívica e profissional. _____

---O Membro Luís Silva mencionou que estava escrito que Jorge Augusto Correia tinha sido Presidente da Câmara durante o regime de Salazar, não o mencionando diretamente podia-se verificar pelas datas que coincidiam com o governo de Salazar, tendo também sido Deputado da Assembleia Nacional, o que não conseguia esquecer. Pensava que Jorge Augusto Correia se tinha integrado na democracia e pessoalmente nada tinha contra ele mas já tinha o seu nome num largo junto ao Convento da Graça, já tinha o seu nome numa rua, já tinha o nome numa escola, com todo o mérito porque, pelo que sabia, tinha sido ele que tinha desenvolvido toda aquela atividade junto do Ministério de Educação. _____

---Iria votar a favor mas não podia deixar de mencionar aquela situação devido a uma tão grande panóplia de congratulações e outras. _____

---O Presidente da Assembleia colocou o voto de congratulação a votação que foi aprovado por unanimidade. _____

---Acrescentou que a bancada do PS também tinha apresentado um voto de pesar. _____

---O Membro José Alberto referiu que passava a ler o voto de pesar pelo falecimento de Nicolau Breyner: *“Considerado um dos melhores atores e realizadores da sua geração, João Nicolau de Mello Breyner Moreira Lopes, dedicou-se à sua profissão com mestria e mereceu a atenção dos públicos e o reconhecimento dos seus pares e do Estado que atribuiu-lhe o título de Grande Oficial da Ordem do Mérito em 9 de junho de 2005.* _____

---*Natural de Serpa, onde cresceu no seio de uma família de proprietários agrícolas, mudou-se para Lisboa com os pais. Estudou canto e integrou o coro da Juventude Musical Portuguesa, enquanto estudava no Liceu Camões. Depois, ingressou na Faculdade de Direito, com a ambição de se tornar diplomata. Depressa desistiu de Direito, optando por se diplomar no Conservatório Nacional, primeiro no curso de Canto e depois no de Teatro.* _____

---*Após o 25 de abril de 1974 concebeu o seu primeiro programa televisivo, Nicolau no País das Maravilhas. Este programa tinha uma rábula chamada Senhor feliz e senhor contente, onde Nicolau lançaria um jovem alemão aspirante a humorista, Herman José.* _____

---*Em princípios da década de 1980 surge com ator e, simultaneamente, diretor de atores e coautor do guião da primeira novela portuguesa, Vila Faia (1982). Segue-se a fundação da NBP Produções, hoje Plural Entertainment, a sua própria produtora de televisão, onde será administrador, produtor e realizador; atividades que fazem dele um verdadeiro precursor da indústria de ficção televisiva em Portugal.* _____

---*Sem deixar a representação, concebeu as sitcoms Eu Show Nico e Euronico; e participou como ator noutras tantas, além de diversas séries e novelas.* _____

---Ao longo da sua carreira somou quase 50 participações no cinema, em filmes de cineastas de diversas gerações, sublinhando-se a sua participação no filme *KISS ME*, rodado em Tavira ao longo do ano de 2003 sob a direção de António da Cunha Telles, contracenando com Marisa Cruz e que lhe haveria de granjear um Globo de Ouro para Melhor Ator, em 2004. _____

---Apesar das inúmeras ocupações da sua vida profissional, nunca deixou de dedicar uma atenção especial à nossa cidade, apadrinhando e honrando com a sua presença as Mostras de Cinema Europeu, promovidas pelo Cineclube de Tavira, no âmbito do programa de iniciativas Verão em Tavira, onde apresentou *OS IMORTAIS*, um filme português de ação realizado por António-Pedro Vasconcelos. _____

---Nicolau Breyner morreu a 14 de março de 2016, com 75 anos, na sua casa de Lisboa, vítima de ataque cardíaco. _____

---Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de abril de 2015 delibera: _____

---1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de João Nicolau de Mello Breyner Moreira Lopes; _____

---2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e ao Cineclube de Tavira apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.” _____

---O Membro João Carvalho referiu que gostava que houvesse por parte da Mesa da Assembleia um esclarecimento sobre qual era o papel do Deputado Municipal quanto a quem prestavam homenagens. Também gostaria de um dia ser Deputado da Assembleia da República e votar favoravelmente todas as personalidades que tinham engrandecido a cultura, as artes e as mais variadas atividades da sociedade portuguesa mas considerava que o papel do Deputado Municipal de Tavira estava relacionado com os tavirenses ou com pessoas que de alguma forma tivessem marcado o concelho, pelo seu trabalho em Tavira ou por algum ato de grandeza relativo à cidade, à comunidade, à população, a uma instituição do concelho. _____

---Por outro lado ter sido a bancada do PS a sugerir a homenagem a Nicolau Breyner causava-lhe alguma relutância pois não tinha sido dito, ou pelo menos tinha sido omitido que Nicolau Breyner era militante do CDS-PP, tendo sido candidato pelo CDS-PP à Câmara Municipal de Serpa e portanto era do seu quadrante político e um apoiante confesso de um partido que durante os últimos quatro anos muito tinha ali sido criticado, apoiante do Governo que tinha combatido a Troika. Nicolau Breyner era do seu quadrante político, pelo que, considerava que deveria haver um pouco de decoro, que pelo menos tivessem falado com ele pois Nicolau Breyner era tudo menos socialista o que podia afirmar por conhecimento. _____

---Concluiu dizendo que era evidente que iria votar favoravelmente mas pensava que de futuro, pelo menos, deveriam de reunir os líderes para falarem um pouco sobre as personagens que pretendiam homenagear. _____

---O Membro Luís Silva referiu que apenas pretendia fazer um apontamento em relação ao voto de pesar. Na edição de dezassete de março, também o Jornal Avante, na sua página dois, homenageava Nicolau Breyner. _____

---O Presidente da Assembleia afirmou que provavelmente aquela observação respondia à questão levantada pelo Membro João Carvalho já que existiam personalidades que não tinham partido político e Nicolau Breyner era uma delas. _____

---Colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por unanimidade. _____

---Deu início ao período de intervenções antes da ordem do dia. _____

---O Membro José Graça disse que concluído o processo de aprovação e votação da moção e dos votos queria em primeiro lugar congratular-se com os resultados e também deixar algumas notas sobre alguns assuntos que gostaria que o Presidente da Câmara pudesse prestar alguns esclarecimentos. _____

---Gostava que a Assembleia fosse informada sobre o processo de requalificação da ER – Estrada Regional 125, nomeadamente no concelho de Tavira e sobre as *démarches* que estavam a ser desenvolvidas quer pelo Município em sede local, quer pela Comunidade Intermunicipal cujo assunto tinha sido abordado e discutido na sua última Assembleia, tendo também sido aprovada uma moção chamando à atenção para o que se estava a passar relativamente à prospeção e exploração de petróleo e gás na região. _____

---Assim, passados dois meses desde a última sessão daquela Assembleia agradecia que o Presidente da Câmara fizesse o ponto de situação sobre a evolução daquelas matérias. _____

---O Membro Hugo Gomes disse que pretendia abordar uma simples questão também para fugirem um pouco à política. Gostavam muito de Tavira e consideravam a ponte romana um dos monumentos mais acarinhados da cidade, pelo que, incomodava-o verificar todos os cadeados que estavam ali colocados. Assim, pretendia saber se havia algo previsto no sentido de resolver aquela questão deixando como sugestão a colocação de umas pequenas placas a solicitar que a ponte não fosse estragada pois os cadeados já começavam a enferrujar e considerava que era feito. Tratava-se apenas de uma questão de pormenor mas pensava que qualquer coisa ajudava. _____

---O Membro Brandão Pires referiu que pretendia abordar uma questão que o seu colega de bancada já tinha mencionado um pouco “*en passant*” a cujo tema gostava de voltar. _____

---Não tinha estado presente na Assembleia anterior mas tinha lido a ata, o que fazia sempre com gosto pelo que voltava a felicitar quem as escrevia por serem muito bem escritas e, normalmente, quando não se comparecia, ganhava-se, porque o que estava escrito tinha mais qualidade do que o que era dito. Começando por si próprio considerava que o que dizia era melhorado, sendo que inclusivamente existiam pormenores de grafia, como por exemplo Catar, o país, que era pouco usual escrever-se com um “C”, a grafia correta portuguesa, em vez do “Q”. Assim, considerava que até naqueles pormenores primavam, o que não deixava de sublinhar. _____

---Na sessão a que se tinha referia, o PSD tinha anunciado que por falta de oportunidade, não tinha apresentado nessa mesma Assembleia, um voto de congratulação pela eleição do Presidente da República e que o fariam na presente sessão. O Membro José Graça tinha-se referido a que, de facto, não tinham apresentado qualquer voto, assim, questionava se tal tinha acontecido por distração, por

falta de oportunidade ou se a não apresentação de um voto de congratulação pela eleição do Presidente da República resultava de uma decisão política. Tinha ficado com a dúvida uma vez que o voto não constava naquela sessão. _____

---Na sequência da questão já levantada pelo Membro José Graça, naquele mesmo dia, tinham tomado conhecimento através de notícias televisivas que tinha sido suspensa uma intervenção que decorria em Aljezur cuja empresa pertencia ao anterior Presidente do Sporting Clube de Portugal, a Dómus Verde - Empreendimentos Imobiliários, S.A., que supostamente estava a explorar ou a perfurar água a quinhentos metros sendo que, como referia o trabalhador entrevistado, estava a ficar com uma tonalidade muito escura e cheirava a petróleo. _____

---O que questionava era sobre o que estava a acontecer em terra, em Tavira, se também existiam perfurações ou se ainda não se tinha iniciado qualquer intervenção, já que a notícia iniciava com a indicação de que aquela empresa estaria a laborar em Aljezur e Tavira. _____

---O Membro Artur Sanina disse que apenas gostava de acrescentar ao que tinha sido dito quanto à questão da prospeção de petróleo, que o BE – Bloco de Esquerda tinha vindo a realizar um conjunto de iniciativas relacionadas com a prospeção de petróleo, tendo inclusivamente convocado o anterior Ministro do Ambiente para comparecer numa comissão da Assembleia da República a fim de esclarecer a razão por que os contratos tinha sido firmados dez dias antes de o Governo deixar funções, tendo sido celebrados à pressa, principalmente com Sousa Cintra. Tinha também questionado a Assembleia da República quanto ao que estava a ocorrer em Aljezur cuja questão também tinha sido colocada pelo Alentejo uma vez que os preocupava a Costa Vicentina. _____

---Presentemente aguardavam respostas às questões colocadas também por considerarem que o contrato celebrado com a empresa de Sousa Cintra apresentava em termos jurídicos um conjunto de falhas como a ausência de estudo de impacto ambiental e pareceres técnicos de deviam de ter sido apresentados em determinada altura, o que não tinha acontecido, pelo que o BE através do seu Deputado pelo Algarve tinha colocado um conjunto de questões ao Governo. _____

---Como tinha referido nas Comemorações do 25 de Abril, outra das questões levantadas tinha sido sobre a criação da APA – Área de Produção Aquícola de Tavira pelos problemas que criaria para o setor das pescas nomeadamente quanto à sustentabilidade da pesca artesanal, local e costeira devido ao sobredimensionamento da APA. _____

---Pelas conversações que tinha estabelecido tanto com os seus colegas como com os Órgãos Autárquicos de Tavira sabiam que a APA também consistia uma preocupação do Presidente da Câmara que supunha já ter questionado o Secretário de Estado sobre o assunto. _____

---A Membro Muriel Dias respondendo diretamente à questão do voto de congratulação do Presidente da República disse que tinha sido o Membro Filipe Lopes que tinha sugerido e, porque não tinha podido estar presente, tinham considerado que deveria de ser ele a apresentar o que faria oportunamente. _____

---O Presidente da Câmara respondendo às questões colocadas disse que era importante situar historicamente a questão da requalificação da ER 125. Como os membros sabiam, existia uma parceria público-privada que tinha sido renegociada pelo Governo anterior. Tinha-se tratado de uma renegociação por amputação de uma boa parte da intervenção. Na prática, tinha resultado no facto de no âmbito da PPP – Parceria público-privada haver um contrato que se encontrava para visto do Tribunal de Contas em que a PPP, um consórcio com a Tecnovia - Sociedade de Empreitadas SA, apenas ficaria com a gestão de Olhão para barlavento, ficando a gestão de Olhão para sotavento a cargo das IP - Infraestruturas de Portugal, S.A. _____

---Numa conversa no seio da Associação de Municípios tinham verificado que a intervenção da PPP já estava a decorrer tal como já devia de estar a acontecer a intervenção no lance Olhão para nascente, VRSA - Vila Real de Santo António e Castro Marim, contudo tal não se verificava. Presentemente a redefinição da renegociação da PPP estava para visto do Tribunal de Contas, de modo a que o Tribunal de Contas validasse o projeto inicial da renegociação da PPP de Olhão para barlavento e em função disso excluísse a parte mais a sotavento para que a EP - Estradas de Portugal pudessem iniciar a conservação da via do lado de Olhão nascente até VRSA que se encontrava sem conservação devido ao facto de se encontrar agregada ao contrato. A EP já tinha elaborado os projetos como lhe tinha sido apresentado na semana anterior e com o visto do Tribunal de Contas lançariam os concursos mais para o final do ano quando poderiam ter a ER 125 toda requalificada e não apenas por fases. Era o que lhe tinha sido transmitido e que faria por acreditar até se verificar nova derrapagem de prazo, o que tinha transmitido ao Presidente da EP na sexta-feira anterior, todavia pretendia acreditar que se verificaria como falado porque precisavam bastante da estrada que estava manifestamente a degradar-se inclusivamente nos melhores lances, entre Alfandanga e Tavira, e um pequeno lance entre Tavira e a rotunda do Golfista, Conceição, já começava a aparecer alguma fissuração constituindo-se um processo de degradação. A ER 125 na zona de Castro Marim e VRSA estava inqualificável o mesmo acontecendo à entrada de Olhão. Tratava-se de uma estrada que era um eixo central mas que presentemente tinha passado mais a ser uma rua do que qualquer outra coisa. _____

---Relativamente à prospeção de petróleo no Algarve, naquele mesmo dia tinha sido ouvido Moreira da Silva na Assembleia da República em resultado de uma petição para a sua audição. A Associação de Municípios tinha duas posições quanto àquela questão. Por um lado eram contra a prospeção e a exploração de petróleo no Algarve pelos motivos já ali apresentados, mas o ponto de situação era que a CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal tinha tomado a posição de recorrer aos tribunais estando a preparar o processo. Entretanto, verificava-se que o Governo tinha tomado algumas posições. Tinha, há algum tempo atrás, tido uma reunião com o Secretário de Estado da Energia que após a mesma tinha solicitado a avaliação dos contratos celebrados com a Portfuel - Petróleos e Gás de Portugal, Lda., vulgo Sousa Cintra, em sede da ENMC – Entidade Nacional dos Mercados dos Combustíveis. O Secretário de

Estado tinha solicitado à entidade que tinha outorgado os contratos em vinte e cinco de setembro que verificasse juridicamente a validade dos mesmos. _____

---Simultaneamente o que tinha acontecido tinha sido que Sousa Cintra com a Dómus Verde tinha avançado com a captação de água por ter obtido a licença da APA – Agência Portuguesa de Ambiente, por forma a poder perfurar até uma cota de trezentos metros. Os Presidentes de Câmara estavam todos conciliados e a APA tinha suspenso ou embargado os trabalhos uma vez que aos cerca de duzentos metros tinham obtido água, o que já acontecia desde os cinquenta ou sessenta metros. Já estavam a perfurar a mais de duzentos metros e preparavam-se para atingir os quinhentos porque a intenção não era a de perfurar para obter água mas antes de efetuar a prospeção de petróleo procurando sedimentos. _____

---Perante aquele facto e água abundante encontrada a uma cota de cerca de duzentos metros, a APA tinha retirado a licença visto a quantidade de água já ser suficiente relativamente aos requisitos pelos quais a licença tinha sido atribuída, pelo que, a mesma tinha sido embargada tendo o empreiteiro contratado pela Dómus Verde começado de imediato a retirar os materiais de captação do local. Do conhecimento que tinha, a APA tinha que comunicar sobre qualquer perfuração de água que acontecesse em qualquer concelho, podendo afirmar que não existiam perfurações de água no concelho de Tavira ao abrigo de contratos a subsidiárias da Portfuel. Se alguém tivesse conhecimento da existência, pedia o favor de comunicarem de imediato à Câmara porque aquela entidade era licenciada pela APA para a captação de água e, como já tinha afirmado, se alguém tivesse conhecimento que tal estava a acontecer que comunicasse para tomarem idêntico procedimento porque tinham que ser avisados pela APA quanto a eventual licenciamento que produzisse. Parecia-lhe que não haveria outro processo como aquele, contudo tinham que ter grande atenção face ao que estava em presença. _____

---A terceira questão que tinha sido notificada naquele mesmo dia, do que já desde a semana anterior tinham conhecimento visto terem tido na Associação de Municípios uma reunião de três horas com o Ministro-adjunto Eduardo Cabrita que tinha ouvido os argumentos quanto à questão do petróleo tendo, naquele mesmo dia, sido anunciado no jornal Correio da Manhã, supunha que na contra capa, que o Governo tinha solicitado parecer vinculativo à Procuradoria-Geral da República quanto à validade dos contratos celebrados e, um parecer negativo da Procuradoria-Geral da República era vinculativo para o Governo o que se traduzia no afastamento por ilegalidade ou não conformidade com os procedimentos, de eventuais indemnizações a que a concessionária teria ganho o direito a dez dias das eleições e que, no momento, constituíam o grande receio do atual Governo. Simultaneamente, a Associação de Municípios tinha contratado um advogado para interpor uma ação em Tribunal com pedido de Providência Cautelar seguida, se nada acontecesse, de uma ação principal a solicitar a nulidade dos contratos que pensava seria apresentada em Tribunal no prazo de duas a três semanas já que o jurista se encontrava a avaliar a matéria de facto para tentar fazer a peça. _____

---Relativamente à intervenção do Membro Hugo Gomes aquela questão já era antiga. Desde o ano anterior que havia cadeados na ponte, todavia se não se verificasse um “*enxame*” de cadeados como se viam em algumas pontes em Roma ou Paris que tinham tido que ser removidos, considerava que até davam um certo pitoresco se não fosse em exagero, pelo que tentavam controlar. De momento estariam ali colocados entre duzentos a trezentos cadeados. A bicicleta colocada na ponte não fazia parte pois pertencia à loja Lojinha, porém encontrasse-se lá o que estivesse tudo o que fosse exagero deveria de ser cortado sendo aquele o controlo que iam fazendo. _____

---Considerava também importante dizer que tinham que dar algum romantismo, sem exageros, sendo que até ao momento considerava um certo pitoresco e não via um “*enxame*” que a acontecer teriam que cortar alguns. Também não se colocava a questão do peso como, por exemplo, em França onde tinha surgido a questão do peso na estrutura. Assim, considerava que tinham que ir controlando, efetuando um desbaste técnico de vez em quando, nomeadamente retirando os cadeados ferrugentos.

---Pensava já ter respondido à questão colocada pelo Membro Brandão Pires e relativamente às considerações do Membro Artur Sanina gostava de dizer quanto à APA - Área de Produção Aquícola, obviamente que tinha falado com o Secretário de Estado sobre o assunto cujo processo tinha sido sujeito a consulta pública. Tratava-se de uma questão problemática devido ao facto de por se tratar de uma área de exploração *offshore* obviamente que reduzia em muito a área de exploração e passagem dos pescadores, o que era grave. Tinha tratado o assunto com o Secretário de Estado das Pescas e havia fundos comunitários envolvidos pelo que o Governo tinha ficado de avaliar a possibilidade de redução ou desvio por forma a aumentar a área. Presentemente ainda não existia qualquer decisão, mas o contacto estava efetuado e estavam sensibilizados sobre a matéria para o que também tinham remetido um conjunto de documentação que a Associação de Pescadores e Armadores de Tavira tinham feito chegar e que tinham encaminhado para a Secretária de Estado. Na semana anterior tinha estado na Secretaria do Estado tendo voltado a abordar o assunto. _____

---Relativamente ao petróleo pensava que todas as iniciativas incluindo as da sociedade civil eram importantes para evitarem que acontecesse o que seria um sinal completamente negativo e uma catástrofe para a economia da região. O que considerava importante era que as pessoas de alguns movimentos com alguma substância não se atropelassem uns aos outros apenas para aparecerem e para que quando a decisão fosse tomada, a rescisão dos contratos, todos se enaltecessem com os resultados. Considerava que naquela matéria ganhavam todos e estavam todos a trabalhar. _____

---Desde o início que se tinha manifestado contra o processo e havia questões que tinham que ser resolvidas na rua, com manifestações, havendo outras que tinham que ser tratadas de forma absolutamente institucional dialogando com as entidade, fazendo valer argumentos, para que pudessem ser credíveis porque se tal não se verificasse ninguém os levaria a sério. Sinceramente estava convicto que iriam ganhar aquela luta contra o petróleo, pelo que via, ouvia, com quem conversava e também pelo Governo, mas obviamente que a revogação dos contratos podia resultar numa elevada

verba associada a indemnizações, ou potenciais indemnizações, pelo que a questão requeria algum tempo de ponderação, algum tempo jurídico de análise porque poderia arrastar enriquecimentos ilícitos com indemnizações que ninguém pretendia pagar. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões no período antes da ordem do dia, informou que passariam à ordem do dia cujos primeiros seis pontos eram de apenas informações e apreciações. O ponto número um referia-se à informação relativa à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais – Proposta 49/2015/CM. _____

---O Presidente da Câmara explicou que a Câmara necessitava de adquirir tintas para a manutenção corrente e que o procedimento tinha a duração de dois anos pelo que existia um compromisso plurianual que vinculava o orçamento. _____

---O Presidente da Assembleia reforçou que era apenas para dar conhecimento. _____

---Passou ao ponto número dois sobre a informação relativa à declaração de compromissos plurianuais e declaração de pagamentos e recebimentos em atraso. _____

---O Presidente da Câmara referiu que se tratava de uma informação algo diferente já que não tinha resultado de um despacho mas de um acumulado de situações. Assim, os membros ficariam a saber quais os compromissos da Câmara que de algum modo estavam transitados e que já constavam no orçamento como uma despesa a suportar porque estavam assumidos. Para o corrente ano o valor era de oito milhões de euros, cinco milhões de euro para o ano seguinte, um milhão, setecentos e sessenta e três mil euros para o ano de dois mil e dezoito e quinhentos e setenta e três mil euros para os anos seguintes. _____

---Como também era obrigação legal tinham juntado a listagem de devedores ao Município de Tavira cujo documento remontava a trinta e um de dezembro do ano anterior e que fazia parte do relatório e contas do ano de dois mil e quinze já estando algumas dívidas liquidadas, outras com acordos de pagamento, outras em execução fiscal ou a transitarem porque obviamente que iriam cobrar às várias pessoas ou entidades que tinham dívidas sendo o município credor de um montante total de quatrocentos e quarenta e oito mil euros que não considerava um valor muito elevado para um orçamento de cerca de trinta milhões de euros mas que tudo estava a ser efetuado para recuperarem aquele montante. Reiterou que algum daquele valor já tinha sido liquidado uma vez que já tinham passado quatro meses de execução. _____

---A Membro Muriel Dias referiu que efetivamente o Presidente da Câmara tinha mencionado que já existiam algumas dívidas pagas estando outras sob plano de recuperação. Tinha estado a ler a listagem e tinha-os preocupado a dívida da A Ver Tavira - Exploração Hoteleira, Lda. que consideravam extremamente elevada, a Agetav - Agência de Desenvolvimento de Tavira S.A que tinha também alguns valores bastante elevados e da Masitrave - Comércio, Montagem, Reparação, Manutenção e Projeto de Sinais de Tráfego, Lda., pelo que esperava que fosse àquelas empresas que o Presidente da Câmara se estivesse a referir. _____

---Constavam também algumas dívidas pequenas, que nem percebia porque existiam visto serem extremamente baixas e que supunham se referiam a comerciantes do Mercado da Ribeira como alguma forma de protesto, não as liquidando por faltarem executar algumas obras no mercado. Assim questionava a razão da existência das mesmas. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que relativamente à A Ver Tavira, quando tinham tomado posse no ano de dois mil e nove, aquela dívida já existia sendo que presentemente estava a ser liquidada através de um plano de pagamento estando o concessionário a liquidar a renda atual e as rendas em atraso através do plano de pagamentos. _____

---Quanto ao antigo concessionário do Parque de Campismo da Ilha de Tavira, a AGETAV, o despacho já tinha sido emitido tendo sido interposta ação judicial pelo que já não havia qualquer discussão sobre o assunto. _____

---Em relação à Masitrave tratava-se de uma dívida dos parquímetros tendo inclusivamente sido aquela a razão da rescisão do contrato com seis anos de antecedência relativamente ao final do prazo. Presentemente estavam a preparar um novo contrato cujos pressupostos eram determinantes. Informava que aquela verba seria compensada numa intervenção que estavam a realizar e que após concurso tinha sido adjudicada à Masitrave assim compensada como pagamento. Tratava-se de uma intervenção no lance Picota – Bodega, uma zona da EN – Estrada Nacional 397 a caminho de Cachopo. _

---Quanto aos restantes devedores desconhecia a razão por que as pessoas falhavam, mas o que sabia era que pequenos valores acumulados faziam grandes valores. Felizmente que a cultura de cumprimento já era um hábito na habitação social e que, aparentemente era onde o problema se situava, mas presentemente tinham um cumprimento superior a noventa e cinco por cento das rendas o que era bastante elevado para as seiscentas habitações existentes. _____

---Tendo por base o que tinha verificado na última vez que tinha visto o documento existiam sete ou oito situações crónicas que por incrível que pudesse parecer referiam-se às rendas mais pequenas. Obviamente que tomariam uma decisão relativamente àquelas rendas que eram antigas e de baixo valor. _____

---No que se referia às rendas do Mercado tomariam uma atitude por forma a tentarem cobrar aqueles valores mas pensava que nada tinham a ver com a falta de obras no Mercado da Ribeira mas antes com o facto de o mercado ser bom durante o verão mas existirem muitas dificuldades, muito frio e poucas pessoas durante o inverno e que originava por vezes atrasos de um mês, depois de outros, começando a surgir um clima que apenas os que tinham um espírito cumpridor iam cumprindo havendo outros que ficavam para trás. O Mercado da Ribeira iria ser sujeito a algumas intervenções como a colocação de portas de vidro de correr, pelo menos a porta da frente, e proceder à sua pintura, tentando criar outras condições. No futuro, pretendiam elaborar um projeto algo diferente dando um aspeto mais acolhedor ao mercado. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções passou ao ponto número três sobre apreciação do Relatório de Gestão e Contas 2015 – EMPET – Parques Empresarias de Tavira, E.M. _____

---O Presidente da Câmara referiu que pensava que o relatório da EMPET era claro e que todos sabiam qual seria o destino da empresa que existiria enquanto não houvesse a decisão da sua dissolução. No ano anterior, no final do ano, a EMPET tinha vendido alguns lotes de terreno que tinham permitido amortizar substancialmente a dívida que tinha para com a CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo o que tinha sido positivo e permitido fechar o ano com um resultado operacional positivo no valor de quatrocentos e trinta e sete milhões, trezentos e dez mil euros e sessenta e um cêntimos, com menos despesa corrente em resultado da redução fortíssima de funcionários e da despesa que tinha tido, de alguma forma a prepararem uma decisão que era incontornável e que ali seria apresentada, o que pretendiam fazer antes do verão. _____

---A Membro Muriel Dias disse que apenas pretendia questionar sobre o programa Ativar Tavira que desde há dois anos praticamente não tinham visto ter atividade. Gostava também de saber, relativamente às *Startups* quantas empresas tinham sido criadas, quantas tinham permanecido e qual era o balanço daquela situação, e se após a extinção da EMPET, o programa Ativar Tavira iria continuar ou não. _____

---O Membro João Carvalho referiu que apenas pretendia dizer que não sendo a EMPET um problema criado pelo Executivo atual, gostava de recordar uma viagem à América e os mil postos de trabalhos que se iriam criar. Sabia que o tinham feito com boas intenções, mas apenas pretendia deixar aquele registo.

---O Membro Luís Silva disse que lhe parecia que a Casa Santos Lima - Companhia das Vinhas, S.A. tinha ocupado dois ou três lotes, um grande espaço que se destinava à produção de vinho. Assim gostava que o Presidente da Câmara se referisse àquele projeto em termos de criação de emprego, de produção e de rendimentos. _____

---Começando por esclarecer a Membro Muriel Dias, o Presidente da Câmara afirmou que obviamente sendo o Ativar Tavira uma marca do Município e naturalmente da EMPET, em princípio continuaria, não sendo desmembrado passando a ser do domínio municipal e cujas condições ainda analisariam. Presentemente era óbvio que o seu efeito era em baixa resultado do que tinha acontecido à EMPET com a fortíssima crise do imobiliário em que não tinham conseguido vender lotes. _____

---Naturalmente quando procedessem à dissolução da EMPET apresentariam todas as contas desde a altura em que a tinham recebido e qual tinha sido a evolução para que todos soubessem o descalabro dos milhões de euros que ali tinham sido colocados e os que a Câmara de Tavira e a EMPET se tinham confrontado resultado do que tinha sido a decisão de criar um parque industrial em Tavira, numa colina de Santa Margarida, onde tinham sido adquiridos terrenos a preços simpáticos e se tinha realizado um enorme investimento alavancado em empréstimos bancários, onde se tinham criado lotes o que tinha originado uma dívida enormíssima para pagar e que o executivo atual e a gestão da EMPET tinham feito

por liquidar. Acrescia ainda do facto de, em determinada altura, face ao empréstimo bancário contraído e a não venda de lotes, Passos Coelho tinha criado uma Lei 50/2012 que de alguma forma tinha comprometido radicalmente a sustentabilidade das empresas municipais pela criação de três critérios cumulativos sobre indicadores financeiros sendo que a política do anterior Governo pretendia terminar com as empresas municipais, sobre o que nada tinha contra, mas aqueles critérios draconianos tinham colocado em dificuldades uma empresa chamada EMPET que tinha tentado progredir tendo até criado uma marca chamada Ativar Tavira do que todos ainda falavam. O Parque existia e até estava a criar alguns postos de trabalho, e aconselhava os membros a visitar. _____

---Os resultados operacionais da EMPET não resultavam do facto de não ter vendido nada, mas porque tinham sido vendidos terrenos a empresas que tinham atividade económica que apenas após construção das instalações criariam postos de trabalho e dos cerca de cento e vinte lotes que o parque industrial dispunha, tendo sido dados em dação cerca de um terço para liquidar a conta do empreiteiro, a EMPET tinha ficado com cerca de setenta lotes, alguns já vendidos, aguardando que as empresas construíssem os espaços para o que tinham adquirido os terrenos. _____

---O último negócio realizado tinha acontecido há pouco tempo atrás em que a Driscoll's Portugal tinha aberto sem pompa e circunstância uma infraestrutura devidamente qualificada para garante da qualidade dos frutos vermelhos e apoio à sua comercialização. _____

---Quanto à Casa Santos Lima - Companhia das Vinhas, S.A. tinha construído uma adega no Parque Industrial de Tavira criando doze postos de trabalho e adquirido uma propriedade com cerca de quarenta hectares na Senhora da Saúde para a plantação de vinhas, pelo que diria que os resultados iam aparecendo em função do passar do tempo e do clima económico existente. _____

---Nesta zona do Algarve apenas Tavira tinha lotes para venda junto da Via do Infante, com uma excelente localização e presentemente a EMPET tinha uma dívida menor, devendo apenas à CCAM, o que era o resultado do enorme esforço que tinha vindo a realizar, que não sendo perfeito, era o possível nas atuais condições. _____

---O Presidente da Câmara continuou dizendo que relativamente aos mil postos de trabalho, desconhecia quantos seriam criados e quando o tinha dito, tinha a convicção que todo o parque empresarial iria criar aquele número de postos de trabalho. Tendo o parque cerca de cento e vinte lotes, se cada um criasse dez postos de trabalho, ultrapassariam os mil postos de trabalhos que tinha referido. O parque não estava todo construído, pelo contrário. Tratava-se de um processo em contínuo mas tinham vindo a verificar uma maior apetência na procura de lotes em função do mercado imobiliário em geral. Desconhecia os resultados mas sabia que o parque não se deslocava e estava infraestruturado estando a aguardar em função das estratégias sendo umas mais dinâmicas que outras. _____

---O Membro João Carvalho referiu que aquele espaço dava para construir um excelente condomínio. _

---O Presidente da Câmara disse que criticar dos resultados do fim para o princípio era mais fácil. Quando tinham chegado ao Executivo tinham um problema para resolver que manifestamente não

estava resolvido e nunca tinha fugido à sua responsabilidade pelo que estavam a tentar acomodar o mais possível aquela dívida de modo a que pudesse ser recebida pela Câmara cujos indicadores, felizmente, tinham vindo a melhorar. Como sabiam, se tivessem dissolvido a EMPET quando tinha sido pedido, no início do seu mandato, presentemente a Câmara não se teria erguido ainda de uma situação financeira complicada. Que acreditassem porque aquela era a realidade com muitos problemas, muitas dificuldades, mas considerava que poderiam atingir algum objetivo tentando resolver sem atribuir culpas a ninguém. _____

---Havia a questão factual de um tempo económico como era e como estava presentemente pois tinham passado por uma enorme “*canícula*” em que os bancos tinham ficado com muito património e em que tinham sido efetuados empréstimos insensatos pretendendo receber as verbas com umas taxas de juro difíceis de suportar, contratualizando no tempo, com enormes *spreads* e poucos pedidos de carência. _____

---Para terminar informou que o vinho, o Al-Ria Reserva, produzido com muitas uvas de Tavira, tinha ganho o primeiro prémio no Festival de Vinhos de Lagoa. _____

---A Membro Muriel Dias agradeceu toda a explicação e acrescentou que lhe parecia que sempre que tocavam no assunto EMPET era referia o anterior Executivo, o que já tinham percebido contudo pensava que o Presidente da Câmara não tinha respondido propriamente à questão que tinha colocado sobre o Ninho de Empresas. _____

---Tinha perguntado sobre quantas empresas efetivamente existiam em atividade e quantas se tinham fixado em Tavira parecendo-lhe que talvez tivesse que ir visitar para tomar conhecimento. _____

---Quanto aos terrenos, já sabiam que era uma questão que provinha do Executivo anterior mas na realidade não tinha sido esclarecida sobre a única questão que tinha colocado. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que presentemente existia o Level Up com sete empresas sendo a EMPET uma delas. O trabalho que tinha sido efetuado tinha sido no sentido de criarem por alavancagem algumas empresas, sendo que algumas tinham permanecido e outras já saído. Atualmente não existiam espaços livres no edifício. _____

---O Membro Brandão Pires disse que apenas pretendia referir que considerava lamentável o que estava a suceder à EMPET, a solução que se perspetivava e as soluções de financiamento daquela infraestrutura que tinham sido encontradas no passado. Tinha sido elaborado um estudo de avaliação dos Parques Empresarias em Portugal e o de Tavira tinha sido um dos que tinha ficado melhor colocado porque, de facto, tinha boas infraestruturas não tendo, porém, encontrado as condições de financiamento mais adequadas e atravessado um período de crise que todavia não justificava tudo. _____

---Contudo era um instrumento fundamental para o desenvolvimento de Tavira e para a diversificação da sua base produtiva, podendo também sê-lo para a instalação de empresas e, portanto, considerava que se viessem a perder aquela infraestrutura, se viessem a desqualificá-la, seria um prejuízo para o concelho. _____

---O Presidente da Assembleia sugeriu que analisassem os dois pontos seguintes em conjunto dado dizerem ambos respeito à TaviraVerde. O ponto número quatro sobre a apreciação do Plano de Atividades e Orçamento 2016 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M, e o ponto número cinco referente à apreciação do Relatório de Gestão e Contas 2015 – TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.. _____

---O Presidente da Câmara referiu que a TaviraVerde era diferente da EMPET, tinha funcionários, serviços e receita própria resultado do pagamento de água que todos faziam sendo que em trinta e um de dezembro do ano de dois mil e quinze tinha tido um resultado líquido de exercício de trezentos e um mil euros que considerava importante. Em termos de requalificação, de investimento, redes, qualidade de serviços e perdas de água, de acordo com o relatório, a situação era favorável. _____

---Tratava-se de um resultado equilibrado sendo que para o ano seguinte a previsão era de um resultado equilibrado semelhante ao anterior. _____

---O Membro Luís Silva solicitou que o Presidente da Câmara informasse se a TaviraVerde já tinha liquidado as infraestruturas que a Câmara tinha colocado no terreno, debaixo do chão, que tinham sido cedidas a troco de uma quantia que pensava ter sido de cinco milhões de euros e que tinha recebido por altura do seu início de atividade. _____

---O Membro Artur Sanina referiu que relativamente à TaviraVerde já tinha colocado por duas ou três vezes, duas questões resultantes de queixas dos consumidores. A TaviraVerde tinha obtido um resultado positivo e as empresas privadas acionistas eram as mesmas que em Faro, todavia os tarifários eram diferentes. Na altura tinha-lhe sido justificado, porém continuava a não aceitar a justificação porque um comerciante que pretendesse criar um negócio, mesmo que fosse pequeno, tendo a TaviraVerde quarenta e nove por cento de capital privado pagava duzentos euros por oposição aos vinte euros de Faro. O que lhe tinha sido explicado era que a caução servia para salvaguardar possíveis dívidas pelo que questionava o porquê de apenas existir aquele problema em Tavira. _____

---Outra questão que tinha sido levantada por certos proprietários que tinham imóveis alugados como um determinado produto por períodos do ano e que tinham efetuado a respetiva participação às Finanças, que poderia aplicar uma taxa sobre os rendimentos dos mesmos, o que não se tinha verificado por alegadamente ser ilegal, todavia a TaviraVerde em habitações cujas faturas se situavam entre os quatro e cinco euros durante nove meses aplicavam um tarifário comercial e não de habitação. _____

---A justificação para aquela situação tinha sido a mesmo pois a aplicação da caução funcionava como garante para algumas dívidas que pudessem surgir. Tendo sido confrontado pelos mesmos consumidores, tinham-lhe dito que não entendiam como era aquela a justificação se sempre tinham liquidado as suas faturas. Não entendiam como as Finanças não aplicavam qualquer taxa e a TaviraVerde aplicava justificando que a entidade reguladora assim o permitia. _____

---Assim, tendo-se ali abordado a questão das empresas municipais, espaços e lotes, a preocupação consistia em atrair pessoas para Tavira, para que se estabelecessem. Tinha conhecimento que

proprietários de duas e três casas não se tinham estabelecido em Tavira devido aos contratos e às exigências da TaviraVerde quer para a sua celebração, como a prestação daquelas cauções que em vez de vinte euros tinham um custo de duzentos e quarenta euros. Pensava que a redução daquele valor poderia constituir um incentivo para que as pessoas se estabeleçam na cidade. _____

---O Membro Artur Sanina continuou dizendo que no relatório apresentado, independentemente das infraestruturas, equipamentos e investimentos, a perda de água continuava a aumentar, oitenta e cinco mil metros cúbicos relativamente ao ano anterior. Assim, pensava que a existirem melhoramentos, investimentos, deveriam de ser realizados na limitação das perdas de água que normalmente eram responsáveis pela perda de vários montantes e que não tinham minorado. _____

---Concluiu referindo que sabia que o atual Executivo não era o responsável pela criação da TaviraVerde tendo-a recebido nas condições em que estava mas existiam aquelas questões que iam surgindo e que lhe tendo sido colocadas tinha que as transmitir ali. _____

---O Presidente da Câmara referiu que historicamente naquela Assembleia Municipal ele tinha votado contra a criação da TaviraVerde, todavia tinha presentemente que gerir os destinos do município e das sociedades participadas tendo que trabalhar para que a empresa TaviraVerde fosse financeiramente sustentável pois caso contrário quem pagaria seriam todos os munícipes, fossem consumidores ou não, porque as perdas financeiras da TaviraVerde refletiam-se na Câmara Municipal que tinha que comparticipar com cinquenta e um por cento dos valores do prejuízo. _____

---Considerava que era importante dizê-lo porque tinham que ter a ideia do princípio de equilíbrio que, nos termos da Lei das empresas municipais, se baixassem os preços, fossem mais competitivos e no final do ano a TaviraVerde, por exemplo, perde-se um milhão de euros, a Câmara Municipal teria que injetar até ao dia trinta de abril do ano subsequente, o montante de quinhentos e dez mil euros que representava o valor das perdas associadas. _____

---Assim tinham que procurar o equilíbrio orçamental das empresas e não podia comparar os sistemas de Tavira e Faro porque Tavira tinha cerca de vinte e quatro mil contadores por oposição a Faro que, seguramente teria mais de cinquenta mil contadores o que não era o mesmo. _____

---O que tinham que tentar fazer dentro daquela lógica das empresas, era agrupar sistemas multimunicipais, como vinha a dizer, de modo a criarem escala. A Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo eram favoráveis, sendo que presentemente o Governo considerava que a gestão de água em baixa dos municípios ou empresas municipais controladas pelos municípios, podia assumir várias formas de organização. A Câmara Municipal de Tavira estava vinculada a um contrato de vinte e cinco anos com início no ano de dois mil e cinco o que representava que para se libertarem teriam que indemnizar o sócio privado que inicialmente era espanhol sendo presentemente japoneses.

---Relativamente à pergunta formulada pelo Membro Luís Silva respondia que não tinha sido passada qualquer titularidade de redes para a TaviraVerde constando no contrato inicial apenas a cedência da sua gestão. A propriedade das redes era do Município e quando terminasse a concessão, no ano de dois

mil e trinta, toda a TaviraVerde passaria a integrar os serviços municipais. Entretanto a TaviraVerde ia investindo, rentabilizando, sendo que presentemente até iriam tentar fazer chegar água à Picota que tinha um núcleo urbano sem água e cujo custo rondaria meio milhão de euros a serem suportados pela TaviraVerde de modo a dar algum conforto aos moradores que apenas dispunham da água de furos e que devido à seca, dispunham de pouca água. Em Vale Junco apenas existia água para a manhã complicando-se bastante devido às regas. Reiterava que não tinha havido qualquer transferência de propriedade das redes sendo simplesmente concessionadas. _____

---Referindo-se à intervenção do Membro Artur Sanina, o Presidente da Câmara disse que o nível de perdas de água da Taviraverde no ano de dois mil e catorze tinha sido de quinze vírgula cinquenta e quatro por cento e no ano de dois mil e quinze de dezoito vírgula quarenta e cinco por cento o que, seguramente, representava uma das mais baixas taxas de Portugal porque o nível de eficiência era grande uma vez que as roturas tinham que ser encontradas rapidamente e os roubos de água para o que os consumidores colocavam pequenos tubos efetuando assim ligações diretas socializando desse modo a despesa, eram frequentemente apanhados como o Presidente da Junta podia atestar que verificava aquele tipo de tropelias sabendo bem do que estava a falar. _____

---Quanto ao que se pagava ou não se pagava, quanto aos investidores se estabelecerem ou não em Tavira, o que sabia e lhe parecia evidente era que se fosse pela compra de casas, a venda em Tavira tinha aumentado, como os membros sabiam, trinta e seis por cento relativamente ao ano transacto. _____

---Pensava que as pessoas que considerassem que a caução ou a água eram muito caras, ou por uma outra qualquer circunstância, deviam de reclamar mas era importante dar o nome quer às pessoas quer sobre o que reclamavam, pelo que lhe deviam de fazer chegar para que pudessem avaliar caso a caso. _____

---Não tinha conhecimento de muitas pessoas que tivessem deixado de investir em Tavira devido ao preço da água apesar de reconhecer que deveria de ser mais baixo, estando a tentar que a TaviraVerde tivesse menor necessidade de financiamento já que tinha um conjunto de encargos bancários que estavam a suportar para poderem baixar os tarifários e serem mais competitivos. Considerava importante informar que uma pessoa com um contrato com a TaviraVerde e a liquidar, como todos, a faturação ao final de cada mês com muito esforço, uns com mais outros com menos, representavam uma taxa de cumprimento superior a noventa e sete por cento. Em algumas circunstâncias quando não tinham verba para liquidar a fatura a Câmara Municipal até ia ajudando. _____

---Relativamente à caução mantinha o que dizia. No ano anterior tinham tido mais de oitocentos alojamentos locais aumentado exponencialmente porque a Câmara Municipal de Tavira não cobrava qualquer taxa de alojamento local para quem pretendesse colocar a sua casa ou um apartamento que estivesse fechado como alojamento local, ao contrário de muitas outras Câmaras. Assim, no ano transacto tinham cerca de oitocentos alojamentos locais cujos proprietários cancelavam no final da época balnear, reativando no verão seguinte que era também a forma dos contribuintes se defenderem para pagar menos ou não pagarem. Assim, sendo que o alojamento local representava que uma

habitação era alugada à semana, à quinzena, ao mês ou ao dia, parecia-lhe que não seria uma atividade em causa própria mas antes uma atividade comercial, tanto mais que tinha que pagar impostos às finanças porque tinha que estar declarada. Sendo uma atividade comercial tinha uma rentabilidade sendo que no preço da renda era incorporado o valor da água já que era uma atividade comercial pois caso contrário ao invés de pagarem estas pessoas que estavam a fazer das suas casas ou habitações que tinham fechadas, atividade comercial, pagariam os reformados com pensões baixas e que apenas pagavam cinquenta por cento do valor por terem água subsidiada, pagavam os primeiro e segundo escalões porque tinham que repartir a despesa, pagando todos. _____

---Pensava que tinham que distinguir as questões e verificar as razões porque aconteciam. As tarifas eram elevadas, o que aceitava, que pretendendo baixa-las o que fariam apenas quando fosse possível de modo a não coletivarem as perdas da TaviraVerde o que considerava negativo e referia-o com a propriedade de quem, no ato de constituição, naquela Assembleia, tinha votado contra a constituição da empresa municipal defendendo sempre e a cem por cento a manutenção dos serviços municipalizados. _____

---O Membro Artur Sanina disse que compreendia a posição do Presidente da Câmara mas se as pessoas alegavam que os serviços centrais das finanças não tinham aplicado impostos por considerarem que se tratava de uma habitação porque é que a TaviraVerde não o considerava assim. _____

---O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Membro Artur Sanina referiu que não avaliava casos aleatórios mas que lhe apresentassem factos, documentos, situações, pessoas, realidades para verificarem do que estavam a falar porque colocando a questão daquela forma generalizada corriam o risco de deixarem de ser precisos e podendo mesmo não estarem a falar do mesmo. Assim, sugeria que entregasse na Câmara os documentos de que dispunha, a quem se referia, a situação concreta para avaliarem. _____

---O Membro João Carvalho mencionou que existia uma memória que tinham em comum por boas razões e que se relacionava com aquela mesma sala e as eleições autárquicas do ano de dois mil e nove quando ali tinham participado num debate que ainda acreditava ter ganho, mas que o Presidente da Câmara tinha ganho as eleições. Uma das promessas que o Presidente da Câmara tinha feito tinha sido que ia baixar a tarifa da água sendo que Rui Amaro lhe tinha respondido precisamente o que tinha acabado de explicar, com menor técnica o que era evidente, mas como todos podiam constatar desde o ano de dois mil e nove a tarifa da água nunca tinha baixado, pelo contrário. _____

---Concluiu referindo que naquela Assembleia estava a fazer de lembrete mas tinha considerado curioso a Presidente da Câmara ter respondido tal e qual como Rui Amaro tinha feito no ano de dois mil e nove. _____

---O Presidente da Câmara respondeu que ainda tinha um exemplar do programa eleitoral do ano de dois mil e nove, um caderno azul. Se não estava errado, na medida número dez, referia que iriam baixar

as tarifas fixas da água, saneamento e lixo o que de facto tinha acontecido e quando o Membro João Carvalho pretendesse podia prová-lo. _____

---A Membro Muriel Dias disse que o Presidente da Câmara tinha falado da extensão dos serviços da TaviraVerde até à Picota. Assim, gostava de saber se também iam levar os esgotos às pessoas que habitavam entre Santa Margarida e o posto da GNR porque as pessoas reclamavam esgotos naquela zona. _____

---O Membro Brandão Pires disse que apenas pretendia dar um apontamento de quem fiscalizava aquelas contas. Como alguém já tinha referido, os resultados positivos das empresas que prestavam serviços públicos eram sempre duvidosos uma vez que significavam, entre outras coisas, que se estava a pagar mais do que o devido de modo a terem resultados positivos. Era pois, bom que as empresas estivessem equilibradas mas no caso de serviços públicos a obtenção de resultados positivos conduzia a uma outra análise. A TaviraVerde apresentava resultados positivos porque existia um diferendo substancial entre o que a Águas do Algarve, S.A. considerava que a TaviraVerde lhes devia e o que a TaviraVerde considerava dever á Águas do Algarve e que representava uma diferença de cerca de três milhões de euros. Em termos contabilísticos a TaviraVerde tinha colocado setecentos mil euros de provisões para fazer face àquela situação, todavia o valor era muito maior, cerca de três milhões de euros. Assim pretendia questionar a Câmara se de facto os resultados da TaviraVerde tinham sido realmente positivos ou se não seriam. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que os resultados tinham sido positivos uma vez que de acordo com o "reporte" a Câmara não tinha que injetar qualquer verba para o ano seguinte. Quanto ao diferendo tratava-se de uma dívida mencionada pelo ROC – Revisor Oficial de Contas cujo valor era referente ao valor de água imputável, os mínimos, que tinham contestado e cuja ação se encontrava em Tribunal. Todavia a Águas do Algarve tinha inscrito indevidamente e ilegalmente, na sua opinião, aquele valor no seu balanço porque se tratava de uma verba que estava controvertida judicialmente que para ser retirada pela Águas do Algarve significava que teriam que dar imparidade a eles próprios. Teriam uma reunião dentro de duas semanas para verificarem a possibilidade de conjugar as realidades. _____

---Reiterou que a TaviraVerde estava equilibrada. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões passou ao ponto número seis referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. _

---O Presidente da Câmara referiu que tinha acontecido um conjunto de eventos e que se estavam a realizar algumas exposições. _____

---Tinham-se realizado exposições na Biblioteca, na Casa André Pilarte e na Casa Álvaro de Campos. ____

---Aconteceu um conjunto de passeios, oficinas e visitas guiadas como os passeios na História de Tavira e Dieta Mediterrânica todo o ano. _____

---Como os membros sabiam, a Semana Santa tinha trazido muitas pessoas a Tavira e o tempo tinha estado bom. Realizaram-se várias Procissões que muito tinham dignificado as cerimónias e os Templos, _____

um conjunto de Igrejas, estavam pintadas de modo a melhor dignificarem aquele que era o património religioso de Tavira. _____

---Tinha-se realizado um conjunto de mostras de artesanato que tinham acontecido no Mercado da Ribeira durante a época baixa. _____

---Ocorreu a primeira mostra de Tavira organizada pela ARTE - Associação Recognitiva Talentalidade Excecionada que trabalhava com jovens em risco, o Festival de Gastronomia Serrana e a Mostra da Primavera que tinham trazido muitos visitantes a Tavira e que tinham agregado com as comemorações do dia 25 de Abril. _____

---Quanto ao programa Música nas Igrejas permitia-se realçar o Viva a Primavera que se tratava de uma iniciativa nova que tinha juntado, sob a coordenação da Câmara Municipal, um conjunto de associações culturais de Tavira a quem tinham lançado o desafio de que as mesmas programassem um conjunto de espetáculos, eventos e realizações, com uma nova dinâmica, obviamente que apoiada pela Câmara com um valor de cerca de quarenta e três mil euros que já tinham começado a liquidar de modo a que pudessem realizar até trinta de junho um conjunto de eventos. _____

---O Jazz na Primavera era composto por um conjunto de iniciativas sobre o que iria ser produzida uma brochura com a programação do mês de maio e junho já que não tinham tido tempo para produzir a brochura em abril. _____

---Tinha-se realizado um conjunto de outras iniciativas, tendo ocorrido a Sessão Solene do dia 25 de Abril. _____

---Na área do desporto tinham acontecido marchas, passeios, ciclismo e um conjunto de atividade dos programas "*Viva Mais*" e "*Põe-te a Mexer*". _____

---O Algarve Bike Challenge tinha sido uma grande realização onde tinham participado oitocentos e dez atletas tendo estado presentes em Tavira alguns dos melhores do mundo e a organização ficado muito satisfeita. Aquela prova tinha contado para o Campeonato do Mundo e classificação Olímpica. _____

---Tinha-se realizado e estavam previstas mais um conjunto de atividades como marchas, corridas como as "*Corridas à sexta-feira*", o "*Todos a Pedalar*", a "*Prova de Trail Solidário*", entre outras. _____

---Realizou-se o "*Torneio Regional de Natação*", o raid "*Terras da Conceição e Cabanas*", workshops, conferências e seminários também com a participação do Centro de Ciência viva de Tavira e ainda um conjunto de outras atividades. _____

---Não estava a detalhar pois pensava que os membros dispunham daquela documentação para consulta se assim o entendessem. _____

---Passando ao tema de obras e urbanismo referiu que dentro de dias se iniciaria a intervenção para a reparação do Quartel de Bombeiros sendo que, na prática, iriam impermeabilizar as traseiras e pintar o edifício. _____

---Já tinha sido produzido o despacho de adjudicação para uma intervenção na freguesia de Cachopo no Monte da Ribeira faltando apenas a assinatura do contrato e o respetivo visto do Tribunal de Contas. _____

---Quanto à Fuzeta-Cintados já tinham respondido a uma solicitação do Tribunal de Contas sendo que pensava que o início da intervenção estaria por dias pois supunha que o Tribunal de Contas já não iria formular mais questões pelo que passariam à consignação. _____

---Na segunda ou terça-feira seguintes iria iniciar-se um conjunto de intervenções na Luz de Tavira e Santo Estevão, do que se permitia realçar a zona de Belmonte onde há dez anos tinha sido colocado saneamento mas onde a colocação do pavimento tinha ficado esquecida, pelo que colocariam pavimento integral. _____

---A subida em Beliche de Baixo estava intransitável estando presentemente a realizar-se o concurso que já tinha relatório preliminar já conhecendo o seu custo. _____

---A rede ciclável de Cabanas encontrava-se em fase de assinatura de contrato, sendo que, na prática, pretendiam reparar a Rua do Apeadeiro e posteriormente construir uma rotunda no final da intervenção para desviar a passagem desnivelada porque a existência de uma passagem de água tornava a estrada perigosa tendo ali ocorrido um acidente grave no ano anterior, pelo que iriam desviar e alargar a curva e reperfilar a rua. Porém tinham que conjugar a intervenção com o verão dado tratar-se da entrada de Cabanas do modo a evitarem assim aumentar a confusão que por vezes se gerava. _____

---Quanto ao pavimento da Porta Nova, o contrato já se encontrava assinado, pelo que pensava que em breve teriam a intervenção pois faltava apenas apresentarem o plano de trabalhos da obra. _____

---No recinto da feira iriam proceder à ampliação das instalações de apoio o que era também resultado do orçamento participativo, realizado há alguns anos, cujo projeto ganhador tinha sido o de requalificar aquele espaço de apoio à feira que passaria a dispor de novas instalações sanitárias, para que tivessem maior dignidade, e de um espaço polivalente para a Associação Onda Sólida que cuidaria do espaço passando assim a ter a sua sede. _____

---Relativamente ao Castelo considerava aquela, uma intervenção importante e que iria estar financiada, sendo que iriam colocar guardas metálicas nas escadarias e corrimãos de modo a garantir uma maior segurança a quem subia aquelas escadas. O concurso já estava lançado já tendo preço. _____

---No que se referia à EN 397 já tinha explicado anteriormente pois tratava-se do valor que seria alvo de compensação com a Masitrave. _____

---Tinham procedido ao arrelvamento do campo junto ao pavilhão municipal e estava aberto um concurso para a sua pintura exterior cujo valor era de cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Iriam também efetuar um procedimento para colocação de um novo sistema de água quente no pavilhão cujo valor seria de cerca de trezentos mil euros e incluiria painéis solares de modo a poderem ter um edifício inteligente poupando assim alguma verba pois tratava-se de um edifício muito dispendioso. _____

---O Presidente da Câmara referiu-se a outras intervenções de beneficiação como era o caso da intervenção nas Várzeas do Vinagre. Iriam também executar algumas intervenções pequenas como conservação de edifícios escolares e parque. Contudo permitia-se destacar a intervenção na Rua da Corujeira Pequena, nas escadinhas de acesso ao Alto de São Brás que tinha as pedras da calçada

boleadas fazendo com que as pessoas mais idosas ali caíssem, pelo que iriam proceder à regularização do piso e colocar um corrimão no meio da escada. Aquela intervenção teria um custo de entre quinze e dezoito mil euros. _____

---Relativamente às intervenções em curso havia a Ermida de São Roque onde tinham descoberto que o patamar inferior da Igreja estava enterrado originando a elaboração de um contrato adicional de modo a serem executadas umas pequenas escadas de acesso à Igreja que inicialmente se desconhecia mas que tinha sido descoberto. Assim a intervenção encontrava-se suspensa por estar em fase contratual retomando brevemente. _____

---Quanto à requalificação da Rua José Pires Padinha, o empreiteiro tinha conseguido dilatar o prazo em mais oitenta e sete dias sendo o novo prazo para a conclusão o dia quinze de junho. Todavia o empreiteiro tinha-lhe dito que tentaria terminar no final do mês de maio mas a data de término era no dia quinze de junho e pretendendo inaugurar a intervenção no Dia da Cidade. _____

---A empreitada de reabilitação do antigo edifício da Segurança Social tinha tido um problema grave. Após o primeiro concurso tinham verificado que no telhado existia uma empena do lado do largo da Corredoura - Rua Dom Marcelino Franco que estava um descalabro total pois estava suspensa por uns barrotes podendo abater. Assim, tinham tido que destelhar o edifício o que seria recomposto por um contrato adicional. Aquelas eram as surpresas que muitas vezes surgiam quando se reabilitavam edifícios antigos, históricos, em que o que era previsto não era exatamente o que acontecia. _____

---A empreitada de conservação da habitação social de Santa Catarina da Fonte do Bispo também já estava a ser executada e consistia na impermeabilização dos edifícios. _____

---A construção do terceiro bloco de jazigos já estava concluída. Tinham tido necessidade de executar porque infelizmente tinham falecido muitas pessoas. _____

---Já tinham lançado o concurso para o segundo bloco das ruas do concelho que era constituído por dezanove ruas da cidade e duas urbanizações, José Albino e Tavira Garden. As urbanizações iriam ser repavimentadas dado o asfalto estar a saltar, o mesmo se verificando relativamente às dezanove ruas da cidade. _____

---Pensava que a intervenção na Eira da Cruz em Cachopo estaria concluída a breve trecho pois encontrava-se em fase final sendo a mais avançada de Cachopo. Para quem desconhecia a Eira da Cruz localizava-se mesmo na Aldeia. _____

---A empreitada do Balcão Único também já se encontrava avançada sendo que o mesmo seria aberto assim que a intervenção estivesse concluída. _____

---Para terminar, informou que iria iniciar-se o Festival de Gastronomia no dia seis de maio seguinte. _____

---O Membro João Carvalho referiu que pretendia efetuar um pedido não estando sequer a ser advogado em causa própria. Existiam cerca de cinquenta metros de estrada na Luz de Tavira que ligavam a ER – Estrada Regional 125 ao empreendimento do Grupo Entrepasto, um empreendimento de luxo, cuja empresa tinha realizado um forte investimento no concelho e que estava a necessitar de

reparação. Pensava que já tinham tentado sensibilizar várias vezes, pelo menos o Presidente da Junta, desconhecendo se com sucesso, se estaria incluído, mas pedia que tomasse atenção quanto àquela questão. _____

---O Presidente da Câmara esclareceu que não se tratavam de cinquenta metros mas de oitenta e cinco e que a rua se encontrava contemplada nas pavimentações da Luz de Tavira que iriam iniciar na segunda ou terça-feira seguintes. _____

---O Membro José Graça disse que apenas pretendia alertar relativamente ao anexo A, página trinta e sete da documentação distribuída, pois estava referida a atribuição de um apoio à Associação SSVP de âmbito cultural. Pensava que a Associação SSVP seria de âmbito social pois pelo que compreendia referia-se à Sociedade São Vicente de Paulo e não se tratava de um apoio, cinco mil euros, no âmbito do RMAAD - Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Desportiva. _____

---O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais intervenções passou ao ponto número sete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 45/2016/CM, referente ao Concurso público para concessão do direito de ocupação e exploração de lojas no Mercado Municipal de Tavira – Alteração às condições gerais. _____

---O Presidente da Câmara informou que aquele assunto tinha demorado algum tempo. Tinha sido apresentado em Reunião de Câmara e posteriormente reapresentado porque entretanto tinha saído uma Lei quanto aos prazos de concessão que eram de trinta anos e que não tinham atualizado. Havia também a questão do critério de desempate que inicialmente era por sorteio no caso de igualdade pontual o que não acontecia no presente. _____

---Assim tratava-se da alteração daqueles dois pontos no regulamento existente de modo a poderem proceder à abertura de concurso para as lojas do mercado municipal, as quatro que estavam desocupadas. _____

---O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

---O ponto número oito referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 59/2016/CM, referente à 3-Emp/16 – Repavimentação da EM 513-1 e CM 1217, freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo – Aprovação de abertura de procedimento e compromissos plurianuais. _____

---O Presidente da Câmara disse que basicamente se tratava da repavimentação de cerca de catorze quilómetros de estrada. A ligação Morenos, Umbrias, Várzeas do Vinagre onde iriam colocar pavimento novo, integral, sem remendos, contendo uma zona com bermas betonadas para a criação de caleiras. Tinha sido um projeto muito moroso porque tinha sido totalmente realizado pelos serviços da Câmara mas, felizmente, tinham conseguido e, presentemente, verificadas as condições financeiras que tinham, tentavam aproveitar, esperando que não se verificasse um forte aumento do preço do petróleo que era uma componente importante do betuminoso, de modo a tentarem ainda conseguir bons preços para a empreitada que estava orçada em cerca de novecentos e sessenta mil euros acrescidos de IVA –

Imposto sobre o Valor Acrescentado. O investimento seria totalmente suportado por capitais públicos municipais não tendo qualquer financiamento comunitário. _____

----Se lançassem o concurso para a semana seguinte, como esperava, deveriam ter a intervenção a iniciar-se entre novembro e dezembro já que tinha que ser apresentada em Tribunal de Contas, cujo processo tardaria cerca de sete meses pelo que desconhecia se tal compatibilizaria na repartição de encargos que era o que estava em apreciação. _____

----Esperava que a intervenção acontecesse ainda em novembro ou dezembro, a bem de todos, porque a estrada estava muito degradada. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número nove sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 72/2016/CM, referente à Operação de Reabilitação Urbana da Cidade de Tavira – Monitorização da execução. _____

----O Presidente da Câmara disse que, na prática, pretendiam apresentar o relatório de monitorização do nível de execução da ARU – Área de Reabilitação Urbana. O Município de Tavira já há alguns anos tinha ARU que tinha sido elaborada ainda no seu primeiro mandato em que tinham tido como prioridade a realização de uma ARU tendo sido uma das Câmaras que mais rapidamente a tinham estabelecido porque sabiam ser uma condição “*sine qua non*” para poderem apresentar candidaturas a fundos comunitários. Obviamente que não tinham recebido o trabalho em branco uma vez que já havia trabalho realizado pela Câmara no mandato anterior que se constituía como uma ARU algo menor, com duas zonas, uma em cada lado do rio. A definição tinha sido no sentido de agregarem as duas numa única ARU, como a atual, que compreendia todo o centro histórico da cidade, com sessenta e seis hectares e o levantamento e caracterização de um conjunto de prédios degradados. Na ARU estava previsto cerca de trinta e quatro por cento de obra privada e cerca de sessenta e dois por cento de obra pública. _____

----Consideravam aquela avaliação positiva estando, presentemente, a formalizar uma candidatura de um PARU – Plano de Ação para a Reabilitação Urbana com um conjunto de intervenções sobretudo na área da reabilitação pública mas incluindo também reabilitação privada porque o CRESC Algarve 2020 (Programa Operacional do Algarve) dispunha de catorze milhões de euros para um conjunto de municípios. A candidatura de Tavira tinha o valor de cerca de dois milhões de euros de investimento público de modo a tentarem capitalizar e poderem reabilitar mais alguns imóveis da ARU. Todavia na candidatura constava cerca de trinta e quatro por cento de âmbito privado e cerca de sessenta e dois por cento de âmbito público sendo o valor privado realizado um milhão e duzentos e sessenta e nove mil euros e o valor público de um milhão e trezentos e nove mil euros. _____

----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que, na prática, pretendiam dar conta do ponto de situação do nível de execução, o que era obrigatório, para que os membros também tivessem

conhecimento de que estavam a trabalhar para reavaliar ou elaborar uma segunda ARU, trabalhando para a sua alteração de modo a alargar e aumentar o âmbito, o objeto de intervenção da parte já consolidada da ARU. _____

---Colocada a votação pelo Presidente da Assembleia, a proposta foi aprovada por unanimidade. _____

---Seguiu para o ponto número dez sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 73/2016/CM, referente ao Regulamento Municipal de ocupação do espaço público e publicidade de Tavira – Versão final. _____

---O Presidente da Câmara informou que aquele documento tinha sido sujeito a consulta pública do que tinham resultado quatro contributos. O trabalho técnico estava realizado e o que basicamente se pretendia com o novo regulamento de ocupação de espaço público, não era impedir que as atividades comerciais se exercessem não sendo, portanto, um regulamento proibitivo antes disciplinador sobretudo nas zonas históricas sendo que também era importante que dentro da área da ARU existissem maiores restrições relativamente à ocupação da via pública. _____

---A Câmara Municipal de Tavira tinha receitas importantes para o seu funcionamento em resultado da ocupação de via pública, pelo que ninguém de bom senso faria um regulamento que diminuísse o nível de receita obtida com a ocupação de via pública. Porém, uma coisa seria ter ocupação de via pública, algo diferente seria ter um descontrolo de ocupação de via pública. Assim, o regulamento previa que algumas situações se mantivessem com a predominância do branco ou creme como material para toldos, coberturas, fachadas, sanefas e sombrinhas e se criasse alguma disciplina nos limites das esplanadas, contendo algum mobiliário urbano a fim de delimitar as mesmas nomeadamente nas zonas ventosas sendo permitido que de uma forma amovível alguns comerciantes com esplanadas e outros espaços pudessem colocar tapa-vento em acrílico ou vidro temperado com prumos brancos ou em inox com uma determinada configuração cujas medidas eram standardizadas de modo a que a imagem fosse igual. _____

---Naquele regulamento não permitiriam, pelo menos enquanto ele fosse Presidente da Câmara, não seria permitido tapar, ou fazer avançados fixos à parede dos estabelecimentos comerciais criando novas esplanadas cobertas, tapadas com os telhados a parecerem os típicos abarracados que poderiam ser muito bonito noutros locais mas que não consideravam como privado, uma vez que ganhavam espaço, não sendo por isso ali contemplado. _____

---Priorizavam a utilização de sombrinhas em vez da tenda com dois pontos fixos como se via em muitos locais. Tavira tinha boas condições climatéricas e mesmo relativamente ao vento consideravam que o efeito dos tapa-vento cortaria um pouco o vento podendo ter um efeito um pouco mais característico para não descaracterizar e, obviamente, no que se referia aos expositores também existia uma regulamentação para tentar evitar algum descontrolo que estava a acontecer nomeadamente na zona histórica, Rua José Pires Padinha, Jardim da Alagoa – Praça Dr. António Padinha, entre outros. _____

----Certamente que respeitavam os comerciantes de cada local, existindo uns que cumpriam as regras mas quando eram produzidas faziam-no para todos e o regulamento devia de ser encontrado dentro do bom senso para que todos pudessem trabalhar que era o que lhes interessava e, obviamente estariam abertos a discutir com todos, porém iria deixar de ser possível a colocação de roupa pendurada, expositores em frente de montras, exposição de sapatos na rua, a colocação de estendais com roupa, produtos de praia no chão, entre outros. Seria permitida a ocupação das fachadas fixas com estantes nas paredes onde poderiam ser expostos chapéus, óculos, algum artesanato, postais, medalhas, sendo tudo possível dentro de uma área de um metro de frente pela largura do edifício com exceção das proibições, as montras. _____

----Esperavam que se constituísse como uma melhor solução, sendo certo que, por definição, o regulamento estava em alteração constante porque teriam que verificar a situação de modo a efetuarem uma avaliação admitindo a possibilidade de pontualmente efetuarem uma ou outra alteração que, presentemente, não previam por considerarem que tinham um bom documento de trabalho para que, com bom senso e cumprimento de todas as regras, todos pudessem exercer a sua função adaptando-se um pouco às regras visto existirem comerciantes que já as cumpriam, não tendo por isso qualquer problema em cumprir aquele regulamento, e outros que não cumpriam sendo que a Câmara teria que os fazer cumprir. _____

----Há dois anos atrás tinham ali aprovado algo que não existia na Câmara de Tavira que era o regulamento de apreensão de bens na via pública que se constituía como um trabalho importante porque quem não cumprisse o regulamento arriscava-se, após notificação, a que a Câmara apreendesse os bens, o que anteriormente seria impossível. Aquela situação podia fazer toda a diferença já que não pretendia a aplicação de coimas pois não considerava que fosse um bom exercício. Contudo, elas existiam e podiam ser aplicadas todavia não pretendiam andar de coima em coima que não fazia qualquer sentido mas antes que todos tentassem perceber as regras, que todos tentem contribuir nas relações de vizinhança para terem o melhor ambiente para poderem vender dentro das regras existentes. _____

----Também não era indiferente uma casa que tivesse dez metros de parede linear de uma casa que não tivesse quaisquer paredes, apenas montras. Valia o que valia, porém tinha-se habituado a ver as mercadorias expostas em montras e, presentemente via-as fora das montras, tudo na rua, o que não lhe parecia bem pois o centro da cidade de Tavira não era propriamente a praia. Assim, que tivessem paciência mas aquela situação poderia acontecer em outras localidades onde já tinham perdido o controlo mas em Tavira estavam ainda a tentar fazer a diferença. _____

----Quanto aos expositores tinham que representar um convite para que as pessoas entrassem nas lojas e não o contrário passando a loja a ser no exterior convidando à não entrada. Consideravam que não podia ser e por muita pedagogia que fizessem necessitavam de possuir um regulamento. _____

---Para terminar, referiu que também era importante abordar a questão dos cartazes, placards, publicidade no chão, entre outras, que também tinham tentado regulamentar sendo que os cartazes poderiam existir dentro da área da esplanada, da área concessionada e paga, mas não colocados em todo o lado nomeadamente nas áreas exteriores das esplanadas que maximizavam o espaço das cadeiras que pagavam, colocando todos os cartazes fora daquela área e a cativação de clientes que em alguns estabelecimentos era efetuada de forma agressiva, obviamente que iria passar a ser monitorizada porque não dizia que não podia ser efetuada desde que tal acontecesse dentro da esplanada existindo um quadro sancionatório pois via em todos os locais pessoas dentro das esplanadas com umas ementas na mão a esclarecer os clientes que ali pretendessem sentar-se mas situações como chamar, acenar, que inclusivamente no ano anterior tinham levado a alguns casos de violência física, não pretendiam que acontecessem. _____

---Concluiu dizendo que pensavam ter ali um bom documento onde tinham incorporado os contributos que seguiam no espírito do documento tendo o trabalho sido monitorizado e gerido pelo Vereador João Pedro Rodrigues que tinha aquele pelouro, cabendo-lhe a si apresenta-lo e obviamente sujeitar-se ao veredito dos membros daquela Assembleia. _____

---O Membro João Carvalho disse que concordava inteiramente com o que o Presidente da Câmara tinha exposto considerando que até poderia ir mais longe. Na maior parte dos países da Europa não existiam esplanadas com marcas nem sombrinhas ou cadeiras com marcas de bebidas estando tudo uniformizado. Parecia-lhe que existia uma preocupação estética com o que concordava, pelo que já ali tinha tentado dizer e já tinha falado com o Presidente da Freguesia de Tavira, que lhe tinha dito não ser da sua responsabilidade, mas pretendia tentar sensibilizar para os vasos que considerava não ficarem bem em cima da calçada portuguesa que não necessitava de adornos, sobretudo vasos em taboan onde os cães urinavam ficando tudo amarelo, o que lamentava, até porque gostava de plantas e árvores, pelo que ver uma araucária colocada num vaso daqueles considerava vergonhoso podendo, de algum modo, servir para a Câmara dar o exemplo e mostrar aos comerciantes que poderiam embelezar um pouco mais o centro da cidade. _____

---O Membro Luís Silva disse que não tinha nenhuma consideração especial quanto ao regulamento a não ser relativamente ao capítulo sétimo que abordava a questão da propaganda eleitoral. Pretendia alertar relativamente àquela questão porque o articulado no artigo 84º e seguintes, que terminava o capítulo, contrariava frontalmente os pareceres da Comissão Nacional de Eleições quanto à colocação da propaganda política. Assim pensava que seria conveniente que o autor do projeto consultasse aqueles pareceres. Tratava-se de um alerta que pretendia fazer. _____

---O Presidente da Câmara disse que tinha registado a questão levantada pelo Membro João Carvalho havendo alguns casos que poderiam ver. _____

---Relativamente ao que o Membro Luís Silva tinha dito, não esperava que tivesse levantado aquela questão porque, tinham um pacto não tendo nunca mandado tirar propaganda eleitoral de quem quer

que fosse, sobre o que inclusivamente se tinha desentendido com um elemento da CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses porque, tendo vindo de fora, tinha pretendido dizer o que era comum acontecer em Tavira. _____

---Independentemente de o regulamento estar ou não escrito, se não tinha legalidade, o PCP – Partido Comunista Português era livre de remeter para Tribunal para invalidar as cláusulas, que entendiam como sendo a transcrição das normas legais existentes e que estavam no regulamento. Em Tavira sempre tinham tentado colocar uma limitação à volta do Centro Histórico tentando não colocar publicidade eleitoral ou por o espaço ser muito pequeno, ou um monumento, o que era respeitado por todos inclusivamente pelo PCP. Até há presente data nunca tinha usado qualquer regulamento para invocar ou questionar o PCP porque tinham em frente ao mercado um placard encostado a um poste preso com uma corrente, que prejudicava a visibilidade e cuja corrente não era permitida. _____

---Também não percebia porque na entrada, no entroncamento da Rua Eduardo Mansinho com a Rua Álvaro de Campos, que nem era possível olhar para o lado, geralmente havia sempre um cartaz do PCP encostado ao poste que não podia estar atado. Ninguém podia atar o que quer que fosse aos postes, todavia o Presidente da Câmara que ocupava funções desde há seis anos nada tinha feito continuando o PCP a fazer a sua propaganda. Na Atalaia, na zona da rotunda da PSP – Polícia de Segurança Pública, estava um cartaz do candidato do PCP às eleições presidenciais sobre o que também nunca nada tinha dito o que traduzia que a democracia existia, a liberdade de afixação de cartazes existia, desde que existissem algumas regras e que se conseguissem entender pois considerava que ninguém tinha prejudicado a sua campanha eleitoral por pretender colocar um cartaz e o não ter podido fazer. Há dois anos atrás a campanha do Movimento por Tavira tinha colocado um *outdoor* na rotunda da Estação e ninguém tinha dito o que quer que fosse, contudo tinham tido a preocupação, que considerava importante, de o retirar no dia das eleições sobre o que pensava terem estado muito bem. Nunca ninguém ali tinha colocado qualquer cartaz que, obviamente tinha suscitado um ou outro comentário, mas ninguém tinha dito nada porque considerava que tinham que existir espaços para a propaganda eleitoral de modo a que todos pudessem difundir a sua mensagem, porém o que pediam era que entre todos em Tavira existissem o mínimo de sensibilidade quando ao facto de nada ser colocado em alguns locais. _____

---Recordava-se ainda de uma campanha do PS que tinha corrido mal em que andava a colocar pendões de plástico, como os que eram muito usados pela CDU – Coligação Democrática Unitária na Festa do Avante e que eram pendurados mas que depois se esqueciam de retirar, porque tinham montagem e desmontagem, todavia após a realização da festa eram os serviços municipais em nome do povo que iam retirá-los. Na campanha a que se tinha referido tinham ficado muitos pendões dentro do carro sendo que de manhã estavam todos colocados na ponte, nas guardas metálicas à volta do rio e inclusivamente no coreto, o que tinha sido alvo da crítica de todos e se as eleições não estivessem perdidas certamente tinham ficado naquele dia. Por isso, pensava que deviam de ter o mínimo de bom

sendo para que a mensagem pudesse fluir e que não se verificassem reações negativas, mas tinha muito apreço pela campanha do PCP. _____

---O Membro Artur Sanina disse que primeiramente pretendia congratular-se pelo regulamento que tinha sido aprovado e por unanimidade na Câmara Municipal, no entanto, tinha sido um dos que mais vezes tinha ali levantado a questão das ruas de Tavira que deviam de pertencer aos cidadãos para circularem de forma livre, com espaço e segurança. _____

---Tinha dialogado com o Presidente da Câmara sobre aquele assunto e mostrado a preocupação que não era apenas sua. Verificando o regulamento em apreciação que tendo sido aprovado pela Câmara Municipal, se o fosse também ali, no dia dois de maio começaria a ser praticado e verificava que a maioria das esplanadas e dos estabelecimentos de venda de roupa não estavam de acordo com o regulamento sendo visíveis os expositores em frente às montras, a ocupar várias áreas, e as esplanadas a ocuparem áreas superiores às devidas. Os passeios encontravam-se completamente absorvidos pelas esplanadas como o caso concreto o Jardim da Alagoa – Praça Dr. António Padinha o mais crítico uma vez que não existiam passeios por estarem completamente ocupados pelas esplanadas levando os cidadãos, naquelas duas ruas, a terem que circular na estrada. _____

---Tendo o Presidente da Câmara transmitido que a preocupação com aquele regulamento era no sentido de disciplinar, numa primeira fase teria que haver uma intervenção a nível dos imóveis para adaptação ao regulamento. Existiam pessoas que tinham a preocupação de não ultrapassar o metro, tendo solicitado para que os expositores fossem de um metro e meio por considerarem que um metro seria pequeno. Os ofícios enviados tinham sido com base no orçamento anterior pelo que as pessoas estavam em dúvida qual sobre qual seria o regulamento. _____

---O Presidente da Assembleia informou o Membro Artur Sanina que o seu tempo já há muito tinha sido ultrapassado e que o Membro estava a divagar porque estavam a discutir um regulamento que ainda não tinha sido aprovado e o Membro estava a repetir o que o Presidente da Câmara já tinha dito, pelo que quando pretendesse intervir no ponto seguinte não teria mais tempo disponível. _____

---O Membro Artur Sanina disse que estava a sintetizar e a tentar transmitir o que era a preocupação da comunidade. Estava a ser limitado em tempo e em palavras e ele nunca tinha levantado aquela questão e também havia bancadas que muito tempo tinham falado. Todavia terminava dizendo que tinha ficado satisfeito quanto à questão dos expositores de roupa e que esperava realmente que todas aquelas questões fossem ultrapassadas porque as áreas se encontravam completamente absorvidas por esplanadas não tendo as pessoas acesso aos passeios. _____

---O Membro Luís Silva exercendo o direito de resposta, disse que relativamente ao esclarecimento do Presidente da Câmara não fazia comentários, não tendo que impugnar o regulamento que iriam votar e que votaria de acordo com o proposto pelos seus camaradas. Porém, a questão era que se a Câmara atuasse num determinado sentido apresentariam as suas queixas. Não iam cumprir o que ali estava mantendo tudo o que tinham e depois veriam quem tinha razão, se seriam os pareceres da Comissão

Nacional de Eleições que cumpriam, e não colocavam propaganda na zona histórica nem em qualquer monumento. No tempo do Presidente Fialho Anastácio ele tinha colocado uns placards debaixo dos arcos da Câmara e ocupava todo aquele espaço de uma vez não ficando os restantes partidos com qualquer espaço. _____

----Sabia que tinha que falar pouco porque o Presidente da Assembleia estava a limitar os tempos e como tinha uma representação muito fraca, era sozinho, não teria muito tempo. Assim, reiterava que não iriam impugnar coisa alguma, votando apenas, e se posteriormente a Câmara atuasse contra eles como partido político então reagiriam. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que não estava a limitar o tempo mas antes a chamar à atenção porque se estivesse a cumprir o Regimento os Deputados Municipais Luís Silva, Artur Sanina e João Carvalho já não dispunham de tempo desde o ponto número oito e já iam no ponto número dez. _____

----O Membro José Graça disse que apenas pretendia referir que de facto, naquela Assembleia e já por várias vezes se verificava aquela situação, não se organizavam os trabalhos de acordo com o Regimento que tinha sido aprovado por aquele Órgão e que nos termos do seu artigo 35º, os Grupos Parlamentares tinham no máximo, e tinham chegado àquele consenso entre eles próprios em reunião de líderes, cinco minutos e o que era visível naquela Assembleia Municipal era que não conseguiam gerir o tempo de forma eficaz. _____

----Já numa Assembleia anterior tinha tido que ceder tempo da bancada do PS à bancada do BE para terminar as suas conclusões e caso se verificasse, no ponto seguinte da ordem de trabalhos, como o Presidente da Assembleia tinha acabado de referir, já tendo esgotado o tempo, certamente que o PS também iria proceder da mesma forma como tinha feito anteriormente. Aquilo que pediam e apelavam aos membros da Assembleia Municipal era que fossem mais eficazes na gestão do tempo que lhes estava concedido em termos regimentais e por outro lado que também respeitassem o público que estava a assistir á Assembleia e que se tinha deslocado para participar nos trabalhos e queria intervir no final dos mesmos. _____

----O Membro João Carvalho disse que a intervenção que o Membro José Graça tinha acabado de fazer era uma vergonha. _____

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor, um voto contra e uma abstenção. _____

----Passou ao décimo primeiro e último ponto da ordem de trabalhos sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 74/2016/CM, referente ao Regulamento de trânsito e estacionamento no concelho de Tavira – Versão final. _____

----O Presidente da Câmara referiu que aquele regulamento também já tinha estado em consulta pública tendo havido apenas um contributo que não tinha sido aceite. _____

----Tratava-se de um documento fundamental para a regulação do trânsito e obviamente para as zonas do estacionamento tarifado e, basicamente continha apenas três alterações. _____

---Tinham redefinido as áreas de estacionamento tarifado e apenas após aprovação daquele regulamento lançariam concurso para poderem de alguma forma voltar a tarifar o estacionamento porque, de momento, tinham uma situação muito deficiente já que estavam a trabalhar com as máquinas resultado da rescisão do contrato anterior. _____

---Consideravam que tinham que ter algum estacionamento nem que fosse para regular os problemas da parte baixa da cidade. Assim tinham, em termos líquidos em função do último regulamento de trânsito, retirado cerca de cento e vinte lugares porque toda a área de estacionamento tarifado desde o meio do Bairro Jara, da Rua Poeta Emiliano da Costa e da Rua Almirante Cândido dos Reis até à Igreja do Livramento que tinha deixado de ser tarifada desde que tinham assumido funções inibindo de imediato aquelas máquinas e que presentemente tinha sido traduzida naquele documento permitindo a liberdade de estacionamento naquela zona. _____

---Tinham criado mais uma zona de estacionamento tarifado compreendendo à Rua 25 de Abril, à Praceta Florbela Espanca e o Largo das 7 Ruas devido a existirem ali moradores que não tinham lugares para estacionar passando assim a terem acesso a cartões de moradores o que tornava possível o estacionamento, nomeadamente no horário noturno. _____

---A terceira alteração referia-se aos Tuk-Tuk. Presentemente existiam em Tavira três Tuk-Tuk sobre o que nada tinha contra, pelo contrário pois considerava que eram um transporte turístico pitoresco mas iriam priorizar o que estava a ser feito em muitos locais que eram os Tuk-Tuk elétricos, menos poluentes e que pareciam dar um sinal interessante para uma zona turística. Também tinham limitado o número de licenças pela ausência de regulamentação que supunha sairia brevemente mas que também pretendiam ter aquela prática pelo que tinham colocado três licenças para Tuk-Tuk desde que fossem elétricos com, obviamente, um período de adaptação para que os próprios empresários que se encontravam presentemente a laborar e que conheciam, pudessem dispor daquele período. _____

---Se a Comissão de Trânsito assim o verificasse seriam permitidas mais algumas áreas, mais algumas licenças ou posições, mas existia em matéria de Tuk-Tuk não elétricos um grande risco porque as grandes cidades, como Lisboa, estavam a proibir os Tuk-Tuk não elétricos o que poderia significar uma invasão dos atuais no resto no país. Numa conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, este tinha-lhe manifestado a preocupação porque a inibição que resultava da proibição em Lisboa certamente se iria refletir no Algarve. _____

---Considerava que a posição adotada também seria uma forma de defender o negócio, evoluindo e verificando o que estava a acontecer. Possuíam o que possuíam, conheciam os empresários que tinham que podiam avançar mais desde que houvesse mercado para tal. Os Tuk-Tuk não eram táxis fazendo apenas circuitos turísticos, sendo que não tinham conflitos com os taxistas. _____

---Obviamente que se tratava de um documento estratégico para a cidade que permitiria após entrada em vigor e de forma progressiva poderem em primeiro lugar lançar o concurso para as novas concessões tarifadas que seriam constituídas por duas zonas, "A" e "B", ou zona um e dois, sendo uma

mais dispendiosa que a outra, tendo curta e média duração, para permitir de alguma forma a adaptação ao próprio regulamento e ao que consideravam mais adequado aos tempos atuais. _____

----O Membro Hugo Gomes disse que relativamente ao regulamento de trânsito em apreciação e começando por falar nas novas ruas tarifadas, manifestamente não entendiam a razão de passarem a ser tarifadas. Tratava-se de ruas que presentemente serviam para aliviar um pouco o trânsito, que eram usadas por pessoas que pretendiam dirigir-se aos serviços e lojas na baixa da cidade, pelo que pensava que iriam retirar a carga de veículos que se concentravam naquele espaço, que apesar de ser alguma, não era assim tanta, e transferi-la para outros locais como a Rua Almirante Cândido dos Reis ou a Rua Poeta Emiliano da Costa sendo certamente seria o que iria acontecer. _____

----Compreendia a preocupação dos moradores que era comum a todos, pois também ele gostava de ter lugar à porta de casa o que nem sempre acontecia. Na sua opinião aquele argumento não colhia uma vez que iriam ter a transferência de estacionamento deixando as pessoas de estacionar na Rua 25 de Abril e passando para a Emiliano da Costa ou Almirante Cândido dos Reis pelo que lhe parecia não haver grande ganho em passar a ser tarifado. _____

----Parecia-lhe ainda que estavam a iniciar a casa não pelo telhado, mas pelas paredes, porque estavam a para ter um regulamento de trânsito mas ainda não existia um plano de mobilidade que considerava importante porque, ainda agravado pela assinatura do contrato para o projeto da nova ponte, tinham que saber bem o que se passava em Tavira, para onde fluía o trânsito, com que capacidade, qual o objetivo, tendo portanto que tudo ser melhor definido. Assim, tinham elaborado um regulamento de trânsito que possivelmente deveria de ser posterior a um plano de mobilidade. _____

----Acrescentou que já tinha sido lamentado pelo Vereador Jorge Corvo que tinha dado um bom exemplo do que era a falta do plano de mobilidade e que ele próprio tinha tido o cuidado de verificar naquele mesmo dia. Se se deslocassem às Quatro Águas tinham um exemplo caricato pois ao chegarem e estando em zona alcatroada passavam para um zona de empedrado onde de imediato se deparavam com um sinal de sentido proibido. Assim, questionava sobre o que iria acontecer no verão, o que fariam as pessoas que obrigatoriamente ou viravam para o parque de estacionamento do Clube Náutico e pagavam, ou iria gerar-se ali um forte engarrafamento porque nem sequer havia espaço para dar a volta ao carro tendo por isso que recuar criando certamente confusão. Considerava pois que aquela situação não estava bem prevista mostrando a inexistência do plano de mobilidade pelo que o processo não estava a ser elaborado de forma correta. _____

----Consideravam que aquele regulamento de trânsito apenas tinha acrescentado duas ruas tarifadas e nada mais, pelo que talvez devesse ser algo aprofundado e melhor estudado com o reforço da questão da ponte cuja intervenção considerava muito importante para Tavira e que deveria de estar plasmada nesse plano. _____

----Para terminar e referindo-se aos Tuk-Tuk apreciava-os bastante pois considerava-os bastante engraçado. Lamentava que não tivesse sido abordado o contributo dos Tuk-Tuk pois pensava que

prestavam um bom serviço à cidade de Tavira em termos de visibilidade. Achava bem a aposta nos Tuk-Tuk elétricos mas parecia-lhe estarem a escamotear uma realidade que já existia. O facto era que tinham empresários locais, a criar emprego local, que tinham que ser acarinhados e sentir que a Câmara também olhava para eles e os apoiava, portanto não lhe parecia correto que o contributo que tinham dado, certamente por algum motivo válido, não tivesse sido considerado mas decerto que o Presidente da Câmara conseguiria abrir ali uma exceção e levar em consideração as pretensões de empresários locais, por ser também importante. _____

----Concluiu dizendo que se falava da invasão dos Tuk-Tuk de Lisboa que poderia acontecer, esperando que não, que realmente poderia trazer alguns riscos ambientais, todavia aqueles três já existiam pelo que tinham que lidar com a questão. _____

----O Membro João Carvalho disse que relativamente ao plano em si, a opção era do Executivo, pelo que não iria fazer qualquer tipo de consideração já que compreendia perfeitamente a preocupação dos moradores, mas quanto aos Tuk-Tuk gostava de sensibilizar o Presidente da Câmara para algumas questões por pensar que estavam a muito pouco tempo de cometer uma tremenda injustiça. _____

---Certamente que todos tinham acompanhado o aparecimento dos Tuk-Tuk pelos dois jovens empresários ali presentes que tinham investido as suas economias na sua cidade para um projeto que, de algum modo, contribuía para que as pessoas conhecessem melhor a sua cidade, pela vertente turística e criando postos de trabalho. Concordava que os Tuk-Tuk elétricos eram o futuro e que deveria de ser aquela a aposta devendo existir restrições naquele sentido. Porém, parecia-lhe que alterar as regras a meio do jogo seria cometer uma brutalidade em relação a jovens que tinham investido as suas poupanças, com boa vontade, bons princípios, pelo que considerava que não mereciam e eles, enquanto políticos responsáveis de Tavira, apesar de estarem sob uma maioria que apoiava a Câmara Municipal tinham a obrigação de estar conscientes relativamente à injustiça que estavam prestes a cometer, sendo que se a questão se mantivesse podiam perfeitamente conceder o prazo de um ano aos empresários para que tivessem um Tuk-Tuk elétrico. Daquele modo concordava que todos ficariam bem, todavia com efeitos imediatos como estava previsto, apelava ao Presidente da Câmara para que tal não acontecesse acreditando que da parte do Presidente da Câmara talvez houvesse outra preocupação, pelo que não estaria a analisar bem a questão, pedindo por isso que voltasse atrás e considerasse uma alteração no sentido de que entrasse em vigor dentro de um ano. _____

----O Membro Luís Silva disse que lhe parecia que o Presidente da Câmara, quando da sua intervenção, tinha referido relativamente aos Tuk-Tuk que existiria um período de transição para os que tinham motores de explosão. De qualquer modo aquele assunto já estava muito debatido e parecia-lhe que o Presidente da Câmara estava sensibilizado quanto à questão. _____

----Acrescentou que lhe tinham dito que na Horta D'el Rei, naquele grande bloco que ali se encontrava, existiam dois pisos de estacionamento que inicialmente tinham sido apresentados à Câmara para serem usados como local de estacionamento no interesse do Município. Também lhe tinham dito que as

comparticipações eram dadas pelo construtor e que os dois pisos tinham sido cedidos à Câmara Municipal mas que presentemente estavam a ser vendidos como garagens e com espaços de estacionamento que estavam a ser fechados o que provavelmente era ignorado pelo Executivo. _____

----Referiu também que gostava de alertar quanto à intervenção das Quatro Águas e referia o comentário efetuado pelos cidadãos que diziam não ter maneira de ali chegar por não existir qualquer transporte público e se fossem de carro aconteceria o que o Membro Hugo Gomes tinha referido. Nas Quatro Águas não havia estacionamento e mesmo ele sendo sócio do Clube Náutico não considerava correto que as pessoas fossem forçadas a estacionar ali porque o parque era pago não existindo praticamente estacionamento algum. Assim considerava que talvez fosse importante pensar numa maneira de promover um transporte público onde as pessoas pudessem ir sentadas podendo apanhar o transporte na Praça da República ou junto ao cais de embarque dos barcos. Aquela situação repetia-se quanto à praia do Barril ou Terra Estreita já que as pessoas não tinham meios para chegar aos locais, visto a estrada que ligava Santa Luzia ao Barril ter sido alterada e a área de estacionamento ter diminuído. Estava organizada mas tinha muito menos espaço para estacionar e as pessoas tinham dificuldade para chegar à praia, sendo que no verão estava tudo cheio de carros o que levava algumas pessoas a irem para outros concelhos. _____

----A Membro Muriel Dias disse que relativamente à questão dos Tuk-Tuk elétricos até porque se sentia bastante envolvida, gostava de saber se existia algum posto de carregamento de carros elétricos em Tavira. Sabia que estavam previstos dois postos mas parecia-lhe que ainda não existiam. _____

----O Presidente da Câmara disse que gostava de agradecer os contributos e percebia a solidariedade, todavia pensava que deviam de analisar os documentos e o regulamento como estava escrito. _____

----Relativamente aos Tuk-Tuk, no número três do artigo 15º podia ler-se: *“No caso específico dos Tuk-Tuk apenas serão atribuídos lugares de estacionamento destinados a veículos elétricos”*, enfatizou *“...apenas serão atribuídos...”* o que queria dizer que seria quando fossem atribuídos. Os atuais empresários já estavam a trabalhar e pensava que tinham um certificado emitido pelo Turismo e possuíam uma licença. Quando a Câmara deliberasse atribuir mais concessões indicaria que os veículos nos termos do regulamento seriam elétricos. O que tinha que constar no regulamento era a situação futura, sendo que tentariam preservar o presente até porque tinham sido eles que tinham permitido aquela circulação em Tavira. Tinha que constar no regulamento a situação futura tentando preservar o que já tinham autorizado, pois se colocassem veículos de combustão a gasóleo abririam a possibilidade a que todos viessem para Tavira. Assim estava a ser solidário com os empresários, jovens que tinham investido, confiado, confiando também neles, até porque ao contatarem o Vereador José Manuel Guerreiro não tinham sido escorraçados ou maltratados, pelo contrário, tinham promovido a atividade, considerado uma boa ideia, tendo sido criado lugares de estacionamento junto ao comboio turístico. Em determinada altura tinham também permitido que parassem em determinados outros locais não tendo solicitado a intervenção policial pelo que não lhe parecia que se pudessem sentir prejudicados. _____

---Continuavam a realizar a sua atividade sendo que o que constava no regulamento era: *“No caso específico dos Tuk-Tuk apenas serão atribuídos lugares de estacionamento destinados a veículos elétricos”* o que queria dizer que até haver uma nova concessão seguramente continuariam a trabalhar na sua atividade, todavia tinham que analisar a questão com bom senso. Sabia que eram todos amigos e compreendia a ideia, sendo que também eles não tinham dito que teriam de deixar de exercer a atividade. _____

---As palavras *“eventualmente”* e *“condições”* eram em termos de direito, nos regulamentos, muito importantes na sua interpretação. Ninguém sairia dali despedido ou a ter que vender o veículo por não poder trabalhar no dia seguinte ou a partir do dia dois de maio pois parecia-lhe que trabalhariam no verão. Certamente que abririam licenças após consulta à Comissão de Trânsito e quando considerassem pertinente, oportuno, e seriam para veículos elétricos. _____

---Relativamente aos postos de carregamento elétrico, já tinham aderido à Rede de Mobilidade Elétrica, Programa MOBI.E, sendo que seriam colocados dois postos de carregamento junto a loja Artina na Atalaia, estando a aguardar a sua instalação. _____

---No que se referia às Quatro Águas a situação exposta também tinha sido discutida em reunião de Câmara. A intervenção na frente ribeirinha não se encontrava concluída e a empreitada das Quatro Águas não tinha sido recebida ainda, pelo que quando estivesse pretendiam alterar a sinalização por considerarem que não estava bem como se encontrava. Todavia, o projeto das Quatro Águas era conhecido desde o início e não se recordava de alguém ter sugerido a elaboração de uma rotunda na zona do quadrado. Todos tinham visto o projeto que tinha sido discutido mas pensava que tinham entrado numa área de descrença de que tudo o que se relacionasse com a frente ribeirinha não iria acontecer já que tinham sido sempre desqualificados e ultrapassados por outras intervenções subsequentes. _____

---A estrada de Santa Luzia que carecia de uma intervenção, há vinte anos, tinha acontecido. O mesmo se tinha verificado relativamente às Quatro Águas onde a Sociedade Polis tinha decidido investir dois milhões e quinhentos mil euros. _____

---A estrada de Santa Luzia / Pedras D’el Rei já se encontrava concluída e, de facto, tinham perdido alguns estacionamentos mas não existiam alternativas sendo que para a frente ribeirinha, teoricamente, as pessoas não podiam ir de carro. Tinham o território que tinham e o que não podiam era de em função de alguns lugares de estacionamento manter o espaço desqualificado sob pena dos turistas deixarem de procurar Tavira uma vez que o concelho ao lado se encontrava todo requalificado. _____

---A intervenção nas Quatro Águas não estava terminada, estando o bloco “A” em vias de estar terminado mas ainda estavam a tentar conseguir uma intervenção no cais e existia uma zona entre a curva da Fábrica e a Ponte dos Descobrimentos que estava em concurso, não tendo ainda sido apresentado, mas estavam a projetar terminar aquela zona colocando pavimento novo, uma ciclovia, luminárias novas, de modo a conseguirem uma solução de continuidade e que, naturalmente não iriam

executar no verão porque já tinham sido sujeitos a obras no ano anterior. Assim, pretendiam adjudicar consignar e entregar ao empreiteiro procedendo seguidamente à sua suspensão até ao final do verão. _

----O Presidente da Câmara questionou se os membros se recordavam de como era a frente ribeirinha na zona de embarque do barco para a praia há dois anos atrás. Seguramente que estava muito melhor, contudo ainda faltava terminar a parte que estava a decorrer já que a empreitada tinha sido dividida em duas fases o que refletia que o plano se ia concretizando como um puzzle, por peças, porque não dispunham de verba para executar tudo de uma única vez e, se o fizessem, por exemplo aplicassem três ou quatro milhões euros em intervenções na baixa da cidade esta não recuperaria nem num ano pois iria estar toda em obras. Já dispunham do projeto para o Jardim da Alagoa, Corredoura e outros projetos que tinham vindo a ser desenvolvidos e que iriam implementar. _____

----Quanto ao plano de mobilidade obviamente que o estacionamento tarifado era resultado de um conjunto de opções. Tinha vivido dez anos na Horta D'el Rei, na Praceta Florbela Espanca e conhecia algo da dinâmica daquela zona sendo que o fator estacionamento para os residentes era importante, especialmente na época baixa interessando-lhe que os residentes não tivessem que pagar estacionamento, apenas o cartão de residente para que tivessem lugar o mais próximo de casa possível. Tinham tido a preocupação de criar alguns lugares de estacionamento onde eles existiam não estando a tarifar, por exemplo, junto ao Hotel Vila Galé, na zona da Atalaia onde ainda existia alguma reserva de estacionamentos e estavam verdadeiramente à procura de um local onde pudessem fazer um parque de estacionamento o mais próximo da baixa da cidade possível. Tinham libertado três ruas, perto do rio, de onde tinham retirado o estacionamento tarifado para que as pessoas pudessem em cinco ou seis minutos aceder à baixa estacionando os veículos um pouco mais longe do centro da cidade porque a lógica era de que a não existir estacionamento tarifado no centro da cidade, os próprios comerciantes estacionavam junto à porta dos estabelecimentos queixando-se da inexistência de lugares para os clientes. Era aquela a dinâmica existente mesmo para os que moravam a dois minutos da baixa, como era o caso do seu pai, comerciante da baixa que estacionava o veículo junto ao café. _____

----O que tinham que fazer era aplicar tarifas de modo a permitir alguma rotação para que o comércio fluísse, como estava provado. Quanto ao plano de mobilidade, já tinha sido pedido sendo que teria que ser resolvido com um conjunto de condicionantes *à priori*. Sempre tinham defendido que uma nova ponte tinha que ser no mesmo local da atual ponte militar e o que estavam a fazer era requalificar um conjunto de praças de acordo com um conjunto de projetos. Por isso parecia-lhe que se existisse um plano de mobilidade prévio não teria que ser diferente e estarem a levantar aquele problema era, na sua opinião, uma falsa questão porque podiam possuir muitos planos mas depois não os cumprir. No plano de mobilidade podia constar ou não uma ponte mas a sua execução ou não era sujeita a uma decisão política pelo que o plano era elaborado em torno de uma certa mobilidade baseada num conjunto de estudos que podiam indicar num ou outro sentido. _____

---Acrescentou que obviamente com base num conjunto de condicionantes já tinha solicitado que os serviços elaborassem um plano para que o tivessem *à priori*, contudo tinham um conjunto de projetos elaborados que iam executando gradualmente cuja dinâmica era visível, realizando uma intervenção num local outra noutro, iniciando uma quando outras estivessem concluídas de modo a conseguirem uma certa continuidade, o que estavam a fazer, admitindo poderem haver alguns erros, que esperava não fossem graves de modo a inviabilizarem a vida da cidade, o que não podia acontecer. _____

---Para terminar disse que pensava ter respondido a todas as questões, agradecia os contributos, as preocupações, mas o que pretendiam era criar uma rotação na baixa da cidade de modo a que os veículos estivessem estacionados o menor tempo possível dando lugar a outros. _____

---O Membro Dinis Falsca referiu que era a favor das energias limpas já se tendo manifestado na Assembleia Municipal como sendo favorável a uma nova ponte mas pedonal permitindo apenas a passagem de bicicletas pelo que se sentia à vontade para abordar aquele assunto que lhe parecia ser uma não questão ou uma questão menor e mencionava-a essencialmente por a considerar uma questão menor. Tinha confirmado com os seus colegas quanto ao número de Tuk-Tuk que existiam na cidade. Sabia da existência de duas empresas e tinham-no esclarecido de que eram três Tuk-Tuk pelo que não compreendia que estivessem a impor a exigência de serem elétricos quando existiam milhares de veículos de combustão poluente, o que tornava aquela exigência ridícula, porque se a ideia era a de promover as energias limpas porque não começar a Câmara Municipal a dar o exemplo. Assim, questionava sobre quantos veículos de transportes coletivos elétricos tinha a Câmara Municipal. _____

---Sugeria que se o objetivo era a promoção das energias limpas porque não implementar outro tipo de regras e normas de acesso ao centro da cidade. Não percebia aquela exigência relativamente ao Tuk-Tuk pois para impedir a invasão de Tuk-Tuk vindos de Lisboa ou Porto bastaria apenas limitar as licenças. _____

---O Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Câmara se pretendia dizer algo ao que respondeu não pretender. _____

---O Presidente da Assembleia verificando que não existiam mais questões colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria de dezoito votos a favor, oito votos contra e uma abstenção. _____

---Referiu que antes de passarem à intervenção do público passaria à leitura das deliberações em minuta que foram todas aprovadas por unanimidade. _____

---O Presidente da Assembleia informou que de acordo com o Regimento daquela Assembleia passariam à intervenção do público que em devida altura se tinha inscrito. Tinha recebido duas inscrições, mas lamentavelmente o cidadão Filipe Saleiro que pretendia um esclarecimento sobre o ponto número onze da ordem de trabalhos, de acordo com o Regimento, não poderia efetuar a sua intervenção uma vez que o público não podia intervir sobre assuntos tratados na própria Assembleia. Todavia se pretendesse expor outro assunto que não fosse sobre os onze pontos da ordem de trabalhos, estariam à disponibilidade. _____

---A segunda inscrição tinha sido efetuada pela cidadã Bénédicte Travaux a quem passava a palavra. _____

---A cidadã Bénédicte Travaux mencionou que pretendia referir-se a Balsa. Uma vez por semana visitava aquela cidade perdida como Luís Fraga a chamava e parecia-lhe abandonada, sendo que na parte sul os suportes tinham sido totalmente retirados ao contrário da zona norte onde ainda se encontrava todos. Que soubesse Balsa era uma cidade arqueológica e englobava todo aquele terreno, pelo que não compreendia porque tinham sido tirados os suportes a sul e os a norte se mantinham. _____

---Continuou dizendo que dois dias antes tinha tirado fotografias à zona antiga da escavação de peças e tinha constatado que a zona tinha sido toda trabalhada em redor, sendo completamente visível que alguém lhe tinha mexido pelo que gostaria de saber a razão. _____

---Outra questão referia-se à parte de baixo da propriedade da Quinta da Torre D'Aires junto à Ria Formosa. Mesmo no limite da quinta com a Ria Formosa existia uma lixeira com uma quantidade de plástico inimaginável, muito plástico, algum calcinado, sendo horrível e cuja situação não era recente pois já ali existia há alguns anos. Não compreendia e considerava triste pois Tavira tinha a sorte de possuir um Museu Islâmico e considerava importante preservar aquele local já que a Balsa era uma cidade única em Portugal. _____

---Relativamente às escavações que tinham sido realizadas gostava de saber quem tinha sido o arqueólogo que as tinha efetuado e se tinha sido entregue à firma que estava a explorar aquele campo ou alguém exterior à exploração. _____

---Terminou reiterando que considerava impensável a existência daquela lixeira na Ria Formosa até porque quando a maré estava cheia as águas iam retirando pouco a pouco aquele plástico queimado que seguia diretamente para o canal da Ria Formosa na zona da Torre D'Aires. _____

---O Presidente da Câmara agradeceu e disse que naquele mesmo dia tinha visto umas fotografias, que pensava serem da Muniçipe, sobre o que tinha relatado. A Câmara Municipal não tinha acesso à propriedade que era privada sendo que tinha sido embargada a criação de estufas no local. Supunha que os serviços estavam a tratar do licenciamento de um depósito que também tinha um problema que levava à paragem da criação de estufas. _____

---Quanto aos plásticos que tinha visto nas fotografias iriam imprimir as mesmas e remeter para a Agência Portuguesa do Ambiente, Parque Natural da Ria Formosa, para que pudessem atuar porque a Câmara não detinha jurisdição naquela zona. O que podiam fazer seria o mesmo que um particular, provavelmente tendo maior ênfase por se tratar de uma Câmara Municipal, era o encaminhamento das fotografias que tinha publicado acompanhadas de um pequeno texto a solicitar que verificassem o que se estava a passar no local, que seria o que seguramente fariam na semana seguinte com conhecimento à Direção Regional da Agricultura que apesar de não ter ali superintendência tratava-se de uma área RAN – Reserva Agrícola Nacional. _____

---No que respeitava às ruínas de Balsa, tinha esperança que um dia pudessem ver escavações arqueológicas naquele local para que o trabalho de Luís Fraga pudesse verificar-se mas desconheciam

qual era o nível de devastação existente porque anteriormente todo aquele terreno tinha sido muito mexido. _____

----Como a Muniçipe sabia tratava-se de trabalhos muito onerosos, porém esperava, talvez já não acontecesse com ele como Presidente de Câmara, que a cidade de Balsa começasse a ser descoberta pois tinha existido entre os séculos I a.C. e os séculos V ou VI, constituindo-se uma zona fantástica e o maior porto marítimo Romano da Península Ibérica. _____

----Os arqueólogos que tinham acompanhado o trabalho por altura de Luís Fraga pensava que tinham sido Manuel e Maria Maia e supunha que nada mais tinha sido efetuado pois considerava-se que o terreno não devia de ser mexido, ou o menos e mais superficialmente possível, até que fosse descoberto, para não danificar, razão pelo que em articulação com a área da cultura que não tinha autorizado e a quem nem tinham sido solicitado pareceres, tinham embargado a instalação das estufas tendo certamente, o investidor que tinha adquirido ou alugado aqueles terrenos, ficado bastante insatisfeito. _____

----Para terminar disse que a denúncia que a Muniçipe tinha feito acompanhada de fotografias seria encaminhada com um pequeno texto da Câmara Municipal de modo a que o Parque Natural da Ria Formosa e a Direção Regional da Agricultura pudessem verificar o que ali estava a ser depositado. Aconselhava que também a Muniçipe procedesse de igual modo, com as mesmas fotografias para que a denúncia tivesse maior peso. _____

----Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas zero horas e trinta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,

José Otílio Pires Baia

Sílvia Alexandra Sanches Soares

Cristela da Cruz Pereira Martins

Nos termos do nº 3 do artº 34 do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao DL nº 4/2015 de 07 de janeiro, votaram a ata da Assembleia Municipal de 29-02-2016 os seguintes membros:

	Nomes	Formação partidaria	Presenças
1	Anabela Lourenço Fernandes	PS	
2	Angelo Filipe Silva Pereira	PS	
3	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
4	Carlos Alberto Pires Rodrigues	Independente	
5	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
6	Cristela da Cruz Pereira Martins	MT	
7	Hugo Daniel Santos Gomes	PS	
8	João Afonso Cunha Rego de Carvalho	MT	
9	João Eduardo da Silva Trindade	MT	
10	João Manuel Fonseca Martins	PS	
11	José Alberto Godinho Correia	PS	
12	José Efigénio Martins da Graça	PS	
13	José Liberto da Conceição Graça	PS	
14	José Mateus Domingos Costa	PS	
15	José Otilio Pires Baia	PS	
16	Leonardo António Gonçalves Martins	MT	
17	Luis Nunes Ferreira da Silva	CDU	
18	Maria Helena Correia Bartolomeu Silva	MT	
19	Maria João Teixeira Dias Anjos	PS	
20	Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
21	Muriel Cristina Dias	MT	
22	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
23	Ricardina Pereira Alcaide Jesus	PS	
24	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	

Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO

Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos

Em Portugal, a sociedade e o Estado encontram-se notoriamente centralizados em termos económicos, sociais, políticos, culturais e administrativos. Uma circunstância que tem ganho expressão, e sido reforçada desde o século XIX, num processo imparável que nem as mais efusivas e consensuais proclamações em sentido oposto têm conseguido travar.

Os regimes mudam, mas a centralização fica. E nem a consagração constitucional, expressa pelos deputados constituintes (*vide artigos 255.º a 262.º da Constituição da República Portuguesa*), se afirma como garante da sua concretização.

Desde 1974, quase sem exceção, várias foram as forças políticas que participaram, professaram a descentralização e fizeram voto de fé no poder local e nas regiões. Por vezes a regionalização foi mesmo considerada como objetivo prioritário de vários governos. Um propósito que mereceu a aprovação, por unanimidade, da Lei Quadro das Regiões Administrativas (Lei n.º 56/91, de 13 de agosto), mas que não só, se não traduziu pela sua efetiva implementação, como após a citada, também sem exceção, os sucessivos governos que a essa data se sucederam aumentaram, uns mais que outros, os mecanismos de centralização ou, noutras palavras, nenhum verdadeiramente contrariou a tendência centralizadora dominante.

Como resultado desse longo processo centralizador, a sociedade portuguesa é social, económica e politicamente pouco interventiva e excessivamente dependente da vontade emanada pelo Terreiro do Paço. Uma situação visível sob vários pontos de vista, nomeadamente no que respeita à concentração territorial e geográfica, e que de acordo com a quase totalidade dos indicadores económicos, sociais e demográficos, o litoral do País concentra desproporcionadamente recursos, população, riqueza, oportunidades e equipamentos, em detrimento do restante território, a qual constitui a sua maior parte.

A inexistência de legitimidade política direta e universal num patamar intermédio constitui um fator que é fortemente lesivo do escrutínio dos cidadãos e que contrasta com o sempre apregoado princípio

da subsidiariedade, o qual professa que as decisões devem ser tomadas por quem se encontra em melhor posição para garantir a eficácia das mesmas. Pelo que a afirmação da existência de órgãos regionais ou escalões intermédios de autogoverno em Portugal Continental constitui obviamente uma falácia. Os distritos são divisões administrativas criadas pelo poder central, cujos serviços centrais desconcentrados aí existentes funcionam, na sua quase totalidade, como meras extensões dos ministérios, sendo que os seus dirigentes são por estes nomeados, dependendo assim os respetivos titulares estreita e diretamente deste.

A criação das regiões administrativas, contrariamente àquilo que os seus adversários afirmam, é, no essencial, uma questão de partilha de poder, a qual deve ser dirimida em favor de quem tem melhores condições para tomar a melhor decisão. É que a regionalização impõe, obrigatoriamente, que se proceda à reorganização político-administrativa do território, feita de cima para baixo e de baixo para cima. Ou seja, tudo precisa de ser discutido e sem tabus.

Como é sabido, o Algarve sempre cultivou a ambição de uma maior autonomia. A qual traduz uma visão regional estruturada e coerente, politicamente democrática, e que resulta de um sentimento cujas raízes histórico-culturais ou geográficas ninguém desconhece ou ousa negar.

Pelo exposto, e atendendo a que se abriu um processo de debate para aprovar um Programa Nacional de Reformas – programa esse que o Governo assumiu a disponibilidade para aperfeiçoar em resultado das posições dos diferentes agentes políticos e da sociedade civil – propõem os deputados municipais abaixo subscritores que:

- 1 - Seja enviada ao Governo, e dado conhecimento a todos os Grupos Parlamentares, o teor desta moção, solicitando a **necessidade da Regionalização Administrativa de Portugal Continental** ser incluída no âmbito e como medida prioritária do Programa Nacional de Reformas, apresentado à discussão pública pelo XXI Governo Constitucional;
- 2 -Seja feita distribuição e divulgação desta moção pelos órgãos de comunicação social.

Os eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal

DECLARAÇÃO DE VOTO

Depois de levar a questão da regionalização ao Congresso Nacional do partido, e assumindo-se desde logo como o grande paladino da sua implementação através de grande foguetório mediático, o PSD resolveu apresentar a mesmíssima moção aos órgãos autárquicos do Algarve, propondo que “a necessidade da Regionalização Administrativa de Portugal Continental seja incluída no âmbito e como medida prioritária do Programa Nacional de Reformas”, em boa hora apresentado à discussão pública pelo XXI Governo Constitucional.

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que prometeu tirar a norma travão da Constituição da República Portuguesa que obriga à instituição em concreto e em simultâneo de todas as Regiões Administrativas pela boca de Pedro Passos Coelho, recém-eleito Presidente do partido, e permitiria a criação da região-piloto do Algarve?!

Convém não esquecer que o ainda líder do PSD defendeu em 15 de setembro de 2010 a remoção do "travão constitucional" à implementação de uma "solução gradualista" para a regionalização do país, através da criação de uma "experiência piloto" e nada fez nesse sentido enquanto Primeiro-ministro.

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que, entre 2011 e 2015, esteve mais de quatro anos no Poder com maioria absoluta e nada fez para cumprir uma promessa eleitoral do seu líder tornado Primeiro-Ministro da República, antes reforçando os mecanismos de centralização e limitando a capacidade de intervenção dos serviços desconcentrados da Administração Pública, com prejuízos inegáveis na educação, saúde e ação social?!

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que desfraldou a bandeira da Reforma do Estado e nada mais fez do que uma lei plena de inconstitucionalidades, revista no segredo dos deuses após o chumbo do Tribunal Constitucional e publicou às escondidas, durante a campanha eleitoral para as Autárquicas de 2013, um pacote incluindo no mesmo diploma o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias e o regime jurídico do associativismo autárquico, esquecendo-se posteriormente de dotar as autarquias e as entidades intermunicipais de meios e recursos para concretizarem os seus elevados objetivos e exetativas.

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que, prometendo legislação amiga das autarquias, encerrou freguesias a régua e esquadro, atacou a autonomia dos Municípios impondo a lei das 40 horas e prejudicou a prestação de serviços públicos impedindo a contratação de pessoal, como se não bastassem as dificuldades impostas com uma lei de compromissos e pagamentos em atraso verdadeiramente draconiana, alterou a lei do setor empresarial local de forma cega e desrespeitou os acordos com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses?!

Apetece-nos perguntar se este PSD olhou-se ao espelho quando repetiu os argumentos usados pelos defensores da Regionalização Administrativa ao longo dos anos na fundamentação da presente moção e ignorou a ação governativa do Governo de António Guterres que capacitou as autarquias locais para

melhor desempenharem as suas funções, dotando-as com um regime jurídico potenciador da intervenção dos cidadãos, aumentando a sua autonomia financeira (+85% de transferências financeiras) e confiando nas suas estruturas associativas para gerirem os fundos comunitários, tal como sucedeu no Algarve entre 1997 e 2002?!

Completamente dessintonizado da agenda política, procurando cavalgar o sentimento de desilusão dos algarvios com uma promessa política sempre adiada e um compromisso constitucional que peca por omissão, este regresso ao passado do PSD-Algarve revela que pouco ou nada aprenderam com o resultado das eleições de 2015 e que nem a alteração recente do seu diretório regional serviu para alterar esse rumo.

Qualquer bom governo poderá ser ainda melhor se tiver uma oposição ativa e exigente, capaz de apresentar-se como uma alternativa credível aos olhos do eleitorado. Com diretórios partidários desfocados da realidade social e preocupados apenas com cargos e manutenção do *status quo*, não iremos longe.

A falta de memória e o desrespeito pelos compromissos eleitorais apenas contribuirá para aprofundar o fosso existente entre os cidadãos e os eleitos, fazendo um discurso em Lisboa e propalando outro no Algarve, apenas fundado em razões demagógicas que alargam ainda mais esse fosso e prejudicam de forma irreparável relações que devem ser de confiança e proximidade.

Pior, a proposta do PSD-Algarve chega-nos depois da aprovação do Plano Nacional de Reformas no Conselho de Ministros da semana passada, depois de um amplo debate público sobre os seus objetivos, no qual o PSD nacional optou para fazer figura de corpo presente, aliás, seguindo o triste exemplo que já havia proporcionado ao País aquando da discussão parlamentar do Orçamento de Estado para 2016, quando desistiu de apresentar quaisquer propostas de melhoria.

Concordando com a generalidade dos considerandos que fundamentam a proposta agora apresentada e submetida á nossa apreciação, não podemos aceitar que os órgãos autárquicos e intermunicipais do Algarve sejam instrumentalizados para alcançar fins meramente partidários de forma totalmente irresponsável.

Defendemos que o Estado deve assegurar o pleno cumprimento do princípio da subsidiariedade, assegurar o aprofundamento da democracia local e implementar um processo de descentralização como pilar da reforma do Estado, assente na regionalização administrativa.

Por agora, segundo o Programa do XXI Governo Constitucional e o Plano Nacional de Reformas, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional verão legitimado democraticamente o seu modelo de organização enquanto regiões de planeamento e de desenvolvimento territorial, sendo ainda conferida prioridade à coerência territorial da administração desconcentrada do Estado, pelo que se promoverá a integração dos serviços desconcentrados do Estado nas CCDR 's.

No mesmo sentido, será reforçada a cooperação intermunicipal através das Comunidades Intermunicipais e a legitimidade democrática e competência das Áreas Metropolitanas.

Coerentemente, será reforçado o papel dos Municípios e das Freguesias na gestão de serviços públicos de proximidade, preparando um novo enquadramento financeiro e de competências, de modo a concretizar, a partir de 2017, um novo modelo territorial, cumprindo o princípio da subsidiariedade.

...//...

Ainda antes das próximas eleições autárquicas, os Municípios terão novas competências, resultantes da descentralização de várias áreas de política pública, como a educação (com respeito pela autonomia das escolas), a saúde, a ação social, dos transportes, da cultura, a proteção civil e as áreas portuárias.

Consciente da necessidade de aprofundarmos o processo de Reforma do Estado, o PS-Algarve não abandona a defesa das Regiões Administrativas, como autarquias locais de âmbito regional. Essa é a nossa meta de sempre!

Contudo, neste momento, este é o passo possível na defesa da Regionalização e no caminho a percorrer até à sua instituição em concreto, para fecharmos o edifício do Poder Local autárquico conforme foi previsto na Constituição da República Portuguesa em vigor há quarenta anos.

Se o PSD nacional não o faz, desafiamos os Senhores Deputados do PSD eleitos pelo Algarve a apresentarem esta proposta na Assembleia da República, local próprio para a sua apreciação e votação.

Sublinha-se que acompanhamos os considerandos que sustentam esta proposta e pugnamos pela Regionalização, votando favoravelmente esta moção, mas não podemos deixar de sublinhar a falta de seriedade e a demagogia que a proposta encerra.

Este é um TEMPO DE CONFIANÇA, de plantar SEMENTES DE ESPERANÇA e apresentar aos Portugueses e aos Algarvios SOLUÇÕES DE FUTURO, institucionalmente adequadas, financeiramente sustentáveis e socialmente justas!



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Com 98 anos de idade, o médico Jorge Augusto Correia, natural de Tavira, foi agraciado com a Medalha de Ouro do Ministério da Saúde no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde, no dia 7 de abril de 2016, na Sala do Senado da Assembleia da República em Lisboa, tendo a tutela reconhecido oficialmente a sua entrega e dedicação incansável à área médica e à causa pública com mais de meio século.

Jorge Augusto Correia, filho de José Augusto Correia e Adelina Berta dos Santos Pescada, nasceu em Tavira a 5 de Abril de 1918.

Iniciou os seus estudos universitários em 1935, licenciando-se em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina de Lisboa, em Julho de 1941, com 23 anos de idade. Após o estágio nos Hospitais Cívicos de Lisboa, optou por exercer a sua profissão em Tavira, onde abriu consultório e foi nomeado médico da Casa do Povo da Conceição

Foi mobilizado como Oficial-médico em 1944, prestando serviço em Cabo Verde até Agosto de 1945. Após o seu regresso voltou à clínica particular e exerceu funções na Casa dos Pescadores, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia e na Caixa de Previdência do Distrito de Faro, antecessora do Centro Distrital de Segurança Social.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Tavira entre 1959 e 1971, um concelho que vivia principalmente da atividade primária, mas com tradições culturais que sempre foram uma das suas principais características, sabendo interpretar a falta de Ensino Secundário oficial como grave carência, que impedia a valorização dos jovens tavirenses, que, não tendo condições económicas para frequentar o ensino privado, não prosseguiram os estudos secundários.



PARTIDO SOCIALISTA - Seção Concelhia de Tavira

Doc. Nº 4

Jorge Augusto Correia pediu audiências ministeriais, removeu obstáculos, fez valer a sua posição e conhecimentos e, depois de um continuado e longo esforço, conseguiu que fosse superiormente autorizada a criação em Tavira, a partir de 1 de Outubro de 1961, da Escola Técnica, da qual foi o primeiro Diretor.

Jorge Augusto Correia recolheu ainda a admiração dos seus comprovincianos enquanto deputado que pugnou, acima de tudo, pelos interesses do Algarve. Foi, na época, o único deputado que propôs a criação de uma Secretaria de Estado para a Juventude, iniciativa que só mais tarde havia de ser reconhecida e posta em prática

Nos últimos anos através de uma intensa atividade literária escreveu cerca de uma vintena de livros, entre os quais uma autobiografia que intitulou "Factos e impressões ao longo da minha vida".

Já depois da publicação do Despacho que designou a Escola Secundária de Tavira como "Escola Secundária com 3º. Ciclo de Ensino Básico, Dr. Jorge Augusto Correia, Tavira", a Ordem dos Médicos, no seu XII Congresso, atribuiu-lhe a Medalha de Mérito, como médico que se distinguiu pelo seu trajeto humano e profissional.

Oportunamente, o Município de Tavira distinguiu a sua carreira perpetuando o seu nome na toponímia da cidade, em 1993, e atribuiu-lhe Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro, em 1999.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 28 de abril de 2015, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação pela distinção efetuada pelo Senhor Ministro da Saúde, como reconhecimento da excecional carreira cívica e profissional de Jorge Augusto Correia;
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta ao distinguido, ao Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento e à direção da Escola Secundária com 3º. Ciclo de Ensino Básico, Dr. Jorge Augusto Correia, apresentando-lhes o reconhecimento do Município de Tavira.